

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Claudia Manuella Fermiano

**A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS PARA O BRASIL NO
PRIMEIRO GOVERNO OBAMA (2009-2012)**

Florianópolis
2015

Claudia Manuella Fermiano

A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS PARA O BRASIL
NO PRIMEIRO GOVERNO OBAMA (2009-2012)

Monografia submetida ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Alves Valente

Florianópolis
2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 7,5 à aluna Claudia Manuella Fermiano na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcos Alves Valente

Prof. Dr. Nildo Domingos Ouriques

Msc. Daniel da Cunda Corrêa da Silva

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Rosana, pelo seu amor incondicional, por sempre ser minha maior incentivadora, por me proporcionar todo o suporte necessário para que eu alcançasse os meus objetivos e tornasse meus sonhos realidade. A você, mãe, todo o meu amor e minha gratidão.

A todos os professores que passaram pela minha vida e, principalmente àqueles que de alguma forma me inspiraram a ser a pessoa que sou hoje, muito obrigada pelos ensinamentos, pela dedicação e amor a profissão.

Aos amigos e colegas que fiz durante o Curso de Ciências Econômicas. Meu agradecimento especial a minha grande amiga Mariana que sempre acreditou que eu era capaz, estando presente em todos os momentos, sejam eles os de felicidade ou angústia. É imensa a alegria em saber que iniciamos essa jornada juntas e é dessa forma que concluiremos esse ciclo.

A todas as minhas amigas pela amizade, apoio e compreensão em minhas faltas, sobretudo minha amiga-irmã Bruna, que mesmo em alguns momentos estando longe fisicamente, sempre se fez presente de alguma forma.

Às oportunidades profissionais que tive ao longo da graduação e que foram fundamentais não apenas para a minha formação profissional, mas também pessoal. Às meninas da FUNJAB que me acolheram profissionalmente ainda na primeira fase do curso de Ciências Econômicas. Aos colegas do Núcleo Multiprojetos de Tecnologia Educacional da UFSC, principalmente ao meu supervisor Daniel, que acreditou no meu trabalho, me ajudando sempre que necessário principalmente nesse último semestre.

Por fim, a todos que de alguma maneira contribuíram para que essa etapa tão importante fosse concluída. Muito obrigada!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a política externa dos Estados Unidos elaborada para o Brasil no primeiro governo do presidente Barack Obama (2009-2012). Tendo em vista esse objetivo, esta pesquisa será embasada na teoria da Economia Política Internacional, bem como no conceito de sistema internacional. A pesquisa tornará possível avaliar o porquê de a política externa elaborada para o Brasil nesse período não ter sido de fato efetiva no que diz respeito à aproximação da relação bilateral, tanto em termos econômicos quanto institucionais, entre os Estados Unidos e o Brasil. Para tal, será observado o histórico contemporâneo da relação bilateral, apresentando os antecedentes à posse de Obama em 2009; num segundo momento, será exposta a política externa formulada pelos EUA e os principais fatos que ocorreram no período e que interferiram em ambos os países. Também será abordada a perspectiva brasileira em relação ao posicionamento estadunidense, além das principais consequências que esse período de relacionamento bilateral trouxe para a região como um todo.

Palavras-chave: Política Externa. Estados Unidos. Brasil. Economia Política Internacional.

ABSTRACT

This study aims to present the US foreign policy elaborated in the first administration of President Barack Obama to Brazil (2009-2013), based on the theory of international political economy and on the international system concept. The research makes it possible to evaluate why the foreign policy designed to Brazil in this period has not been, in fact, effective, regarding the approach of bilateral relations in both economic and institutional terms between the United States and Brazil. Therefore, it looks at the contemporary history of the bilateral relationship presenting the background to Obama's inauguration in 2009; in a second phase, the foreign policy formulated by the US and the major events that occurred during the period, which reflected in both countries, will be exposed. The Brazilian perspective on the US position will also be addressed, as well as the main consequences that this period of bilateral relations has brought to the region as a whole.

Keywords: Foreign Policy. United States. Brazil. International Political Economy.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Intercâmbio Comercial Brasileiro - Países Desenvolvidos/ Países em Desenvolvimento..... p. 42

Tabela 2 Intercâmbio Comercial Brasileiro - EUA/ China- Parceria Individual..... p. 43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALCA – Acordo de Livre Comércio das Américas

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

EUA – Estados Unidos da América

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MINUSTAH – Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti

OEA – Organização dos Estados Americanos

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA.....	11
1.2	OBJETIVOS	12
1.2.1	Objetivo Geral	12
1.2.2	Objetivos Específicos.....	12
1.3	JUSTIFICATIVA.....	12
2	METODOLOGIA	14
2.1	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	14
3	REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
3.1	A ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL.....	16
3.1.1	Escola Americana.....	17
3.1.2	Escola Britânica	18
3.1.3	Escola Latino-Americana.....	19
3.1.4	O Sistema Internacional	21
3.2	A RELAÇÃO ESTADOS UNIDOS - BRASIL CONTEMPORÂNEA	23
4	A POLÍTICA EXTERNA DE OBAMA	28
4.1	A POLÍTICA EXTERNA DE OBAMA PARA O BRASIL	31
4.1.1	O Conselho de Segurança da ONU	34
4.1.2	Meio ambiente e energia	35
4.1.3	Comércio bilateral	36

5	O POSICIONAMENTO BRASILEIRO FRENTE À POLÍTICA EXTERNA DE OBAMA	39
5.1	ANTECEDENTES	40
5.2	LULA E OBAMA (2009-2010)	42
5.3	DILMA E OBAMA (2011-2012)	45
6	A RELAÇÃO ESTADOS UNIDOS, BRASIL E AMÉRICA LATINA	49
6.1	HONDURAS	51
6.2	COLÔMBIA	52
6.3	HAITI	53
7	CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
	REFERÊNCIAS	61

1 INTRODUÇÃO

1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

Barack Hussein Obama II foi empossado como presidente dos Estados Unidos em 20 de janeiro de 2009, pelo partido Democrata. Sua eleição representava uma oportunidade de reforma, uma vez que Obama assumiu a presidência após a saída de George Walker Bush em meio a um cenário conturbado, em que Bush se tornara um dos presidentes dos Estados Unidos com maior índice de rejeição. O governo Obama procurou diferenciar-se da administração antecessora de Bush, resgatando alguns conceitos, tais como a ideia de multilateralismo, multipolaridade, e o termo *smart power* (poder inteligente) (PECEQUILO, 2011a).

Para a América Latina, a eleição de Obama trouxe à tona a esperança de se construir uma relação interamericana mais estreita em termos de cooperação, devido ao discurso do presidente de forte apelo à mudança (COLOMBO; FRECHERO, 2012). De fato, desde o início de 2009 houve uma tentativa de reaproximação entre as Américas, com a visita do presidente Obama a seis países da América Latina. Entretanto, mesmo criticando o ex-presidente Bush por ter negligenciado a relação entre os Estados Unidos e América Latina, o governo Obama não apresentou uma nova política hemisférica e nem representou a mudança tão aguardada pelos países latino-americanos, gerando um sentimento de decepção entre esses países.

O caso específico do Brasil difere um pouco da situação da América Latina como um todo. O Brasil é visto pelos Estados Unidos como uma potência em ascensão e percebido como um estabilizador sul-americano, sendo um dos principais interlocutores regionais, um caso de destaque. Porém, nem mesmo a posição privilegiada que o país ocupa entre os países latino-americanos o livrou da quebra de expectativa inicial depositada em Obama. Um exemplo da mudança da relação entre Brasil e Estados Unidos é que este deixou de ser o principal parceiro comercial do Brasil em meados de 2009, cedendo lugar para a gigante China, não havendo grandes esforços por parte dos Estados Unidos em reverter esse distanciamento (COLOMBO; FRECHERO, 2012).

Diante do exposto e da grande expectativa de mudança e de reaproximação hemisférica, a literatura aponta para uma aparente incapacidade do governo Obama em

resgatar a relação bilateral e estreitar a cooperação com os países latino-americanos, sobretudo com o Brasil. Seria o desinteresse de Obama na aplicação de políticas externas que aproximem os Estados Unidos ao Brasil em termos econômicos e institucionais decorrente de o Brasil não ser tão significativo para o país em termos de política internacional, por considerar a região como conquistada e dependente da relação bilateral ou será devido ao fato de que os EUA estariam envolvidos em outras questões de ordem internacional que o impede de dar mais atenção ao continente latino-americano?

No sentido de encontrar uma resposta para esta questão, foram elaborados os objetivos desta pesquisa, que serão apontados a seguir.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Apresentar a política externa adotada para o Brasil pelo primeiro governo do presidente Barack Obama.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Apresentar as diretrizes econômicas da política externa dos Estados Unidos para o Brasil no primeiro governo do presidente Obama.
- b) Identificar a postura assumida pelo Brasil frente à política externa adotada pelos Estados Unidos no primeiro governo do presidente Obama.
- c) Avaliar as possíveis consequências da relação bilateral Estados Unidos – Brasil, no período que vai de 2009 a 2012, para estes países e também para a América Latina como um todo.

1.3 JUSTIFICATIVA

Historicamente, as relações bilaterais Brasil - Estados Unidos oscilam entre os eixos do alinhamento e da autonomia, das escolhas estratégicas entre o Norte e o Sul, o hemisférico e o global, o bi e o multilateral (PECEQUILO, 2008). Ou seja, ao longo de todo o século XX e até este momento do século XXI, essa relação aconteceu de maneira conturbada, sem que de

fato houvesse uma maior aproximação e adoção de políticas que visassem o benefício mútuo e, principalmente, que fossem benéficas para o Brasil. A cada novo governo estadunidense, a esperança da retomada de uma relação que fosse benéfica para ambos os países era renovada. Portanto, ao assumir o governo americano em 2009, Barack Obama despertou grandes esperanças acerca da possibilidade de construção de uma relação interamericana mais estreita em termos de cooperação, distante dos modelos da Guerra Fria e da presunção hegemônica (COLOMBO; FRECHERO, 2012).

Este estudo pretende identificar e avaliar as políticas externas adotadas para o Brasil no primeiro governo Obama, partindo do pressuposto que o país é a maior potência da região. Sendo a pesquisa, sobre um tema contemporâneo e que visa entender dimensões importantes da ordem econômica internacional através da análise da relação entre a potência hegemônica, os EUA, e o Brasil, esta se mostra fundamental para entender a história recente do país e para apontar as possíveis diretrizes do país na sua relação com os Estados Unidos para os próximos anos.

2 METODOLOGIA

O estudo realizado para a abordagem do tema de pesquisa consiste, do ponto de vista de seus procedimentos técnicos, na revisão da literatura associada à contextualização histórica, política e econômica da relação bilateral entre Estados Unidos e Brasil. A pesquisa será de caráter descritivo. O principal procedimento a ser adotado para a realização do trabalho será a pesquisa bibliográfica, elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e com material disponibilizado na internet (GIL, 2007), permitindo que seja feita uma revisão acerca do tema de pesquisa, pois neste trabalho, o que se busca é uma Economia Política Internacional informada historicamente. Além disso, serão também utilizados dados empíricos retirados de relatórios e publicados por órgãos governamentais ou não, a fim de tornar as conclusões da pesquisa mais fidedignas.

O referencial teórico será fundamentado na teoria da Economia Política Internacional, através da perspectiva de autores como Benjamin Cohen (2007; 2008) e Reinaldo Gonçalves (2005). Além desses também serão utilizados autores que atualmente se aprofundam no assunto de pesquisa, como Cristina Soreanu Pecequilo (2003; 2008; 2009; 2011a; 2011b; 2012; 2014) que terá suas obras presentes ao longo de todo o trabalho.

2.1 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Este trabalho é composto por sete capítulos. O primeiro capítulo, introdutório, apresentou tema e problema de pesquisa, bem como os objetivos principais e específicos que deverão ser alcançados ao final do trabalho. Neste capítulo também foi apresentada a justificativa que levou a autora a desenvolver a pesquisa.

O presente capítulo apresenta a metodologia de pesquisa adotada para a realização do trabalho.

No capítulo três será apresentado o referencial teórico que servirá de ponto de partida para o desenvolvimento da pesquisa. Serão apresentados os principais pressupostos da Economia Política Internacional, bem como um panorama acerca do funcionamento do sistema internacional. Por fim, será abordada a relação recente entre Estados Unidos e Brasil que auxiliará no entendimento do tema do presente trabalho.

O capítulo quatro irá identificar as diretrizes da política externa dos Estados Unidos para o Brasil no primeiro governo Obama. Serão apresentadas as propostas iniciais de seu governo a respeito deste assunto e o que de fato vem sendo realizado ao longo do seu mandato.

O quinto capítulo do trabalho será focado na identificação da postura assumida pelo Brasil frente à política externa adotada pelos Estados Unidos no período do primeiro governo do presidente Obama, sabendo-se que, historicamente, essa relação bilateral tem sido marcada por fases alternadas de alinhamento e autonomia brasileira.

Depois de apresentada e discutida a política externa adotada pelos Estados Unidos no primeiro governo Obama para o Brasil e, também, como se estabeleceu a relação bilateral entre Brasil e Estados Unidos no período, o capítulo seis será destinado à avaliação das possíveis consequências dessa relação no período que vai de 2009 a 2012, para estes países e também para a região como um todo.

Por fim, o capítulo sete compreenderá as principais conclusões da pesquisa, bem como as recomendações para trabalhos futuros que poderão ser realizados sobre o tema.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

O estudo do campo da Economia Política Internacional é relativamente novo, tendo sido os primeiros trabalhos publicados sob essa ótica a partir dos anos 1970. Não se pode afirmar que a EPI não existisse anteriormente, entretanto, na maioria dos casos, a economia e a ciência política eram vistas como disciplinas separadas, ou seja, cada uma com sua própria visão acerca do sistema internacional. Desta forma, pode-se afirmar que a Economia Política Internacional nasceu com o sentido de unir essas duas disciplinas a fim de encontrar um ponto comum que servisse de apoio para lidar com as questões do sistema internacional como um todo (COHEN, 2008).

Conforme Reinaldo Gonçalves (2005) explica, a Economia Política Internacional tem como objetivo a busca pela superação das limitações existentes e específicas de cada campo teórico, e apresenta um enfoque analítico mais abrangente para os fenômenos próprios do sistema internacional e, em particular, do sistema econômico internacional. Sendo assim, com esse enfoque mais eclético, a EPI permite a aplicação da teoria aos problemas do “mundo real”; além disso, também permite identificar as motivações da ação dos atores que operam no sistema internacional. Ainda de acordo com Gonçalves (2005, p.22):

A EPI é um método de análise que tem como foco a dinâmica do sistema econômico internacional em suas distintas esferas e dimensões, que resulta das decisões e ações de atores nacionais e transnacionais, cuja conduta é determinada por fatores objetivos e subjetivos.

Segundo Cohen (2008) o cenário em que se moldou o surgimento da Economia Política Internacional como campo teórico, principalmente a partir de 1970, tinha como base um Estados Unidos que registrava constantes *deficits* na sua balança de pagamentos, enquanto diversos países da Europa e o Japão estavam em uma fase de recuperação econômica, a qual parecia ser uma ameaça à retomada do poder mundial estadunidense. Paralelamente a esses acontecimentos, temas a respeito do desenvolvimento econômico faziam parte das principais discussões naquele momento, e países africanos e asiáticos apresentavam avanços no processo de descolonização, ou seja, o mundo parecia caminhar para um novo tipo de ordem econômica mundial.

Devido ao fato de a Economia Política Internacional ser um campo altamente amplo, muitas são as visões e definições que tratam sobre o tema. Globalmente, a versão dominante a respeito da EPI é a que se desenvolveu nos Estados Unidos, tendo como precursores Robert Keohane e Joseph Nye. Uma abordagem alternativa da EPI surgiu paralelamente na Grã-Bretanha e também em outras partes do mundo, como Canadá e Austrália, sendo a precursora desse movimento a inglesa Susan Strange. Portanto, não é incorreto afirmar que existem, então, duas escolas de pensamento da Economia Política Internacional: a Escola Americana e a Escola Britânica (COHEN, 2008), que serão discutidas nas próximas seções. Além dessas duas escolas, também será apresentada a vertente que se desenvolveu na América Latina, tendo como destaques os nomes de Raúl Prebisch e Celso Furtado.

3.1.1 Escola Americana

A Escola Americana de pensamento da Economia Política Internacional surgiu efetivamente a partir da publicação do livro “*Power and Interdependence*”, em 1977, pelos precursores do movimento nos Estados Unidos, Robert Keohane e Joseph Nye. Além de Keohane e Nye, outro nome de destaque da Escola Americana é Robert Gilpin. Houve uma percepção das mudanças que estavam ocorrendo no mundo naquela época; tanto a economia quanto a política passavam por transformações de ordem global que precisavam de novos entendimentos e, portanto, de uma nova forma de estudos para uma melhor compreensão dos fatos (COHEN, 2007).

Keohane e Nye defendiam a visão de que os Estados eram os atores centrais nas questões internacionais, privilegiando governos soberanos que estavam acima dos outros atores. Contudo, estes não seriam os únicos a determinar os processos e resultados no plano internacional, uma vez que o mercado global apresentava uma grande expansão e, conseqüentemente, possibilitava o aparecimento de novos atores internacionais. Essas mudanças começaram a acontecer principalmente devido à expansão das relações transnacionais advindas da liberalização do comércio e do financiamento, a partir dos anos 1970 (COHEN, 2008).

Conforme explica Reinaldo Gonçalves (2005), as principais expressões utilizadas para a definição da Economia Política Internacional são: poder e riqueza; Estados e mercados; e política e moeda, sendo essas expressões muito utilizadas nos principais trabalhos de

referência do pensamento americano. O Estado identifica-se com poder e política, enquanto o mercado identifica-se com moeda e riqueza. Sendo assim, segundo Gilpin (1987, p.24 apud GONÇALVES, 2005, p.18), entende-se que a EPI tem como principal objeto de estudo “o impacto da economia mundial de mercado sobre as relações dos Estados e as formas pelas quais os Estados procuram influenciar as forças de mercado para sua própria vantagem”. Ou seja, geração e distribuição de riqueza e poder em escala mundial.

Na Escola Americana da EPI a prioridade de análise está no método científico, podendo ser chamado de um modelo de ciência mais “puro”, no qual a análise se baseia no duplo princípio do positivismo e do empirismo, um forte apelo a observação objetiva e testes sistemáticos. Tal análise é mais bem aplicada através de um apelo à observação objetiva e testes sistemáticos. O foco da EPI na Escola Americana é o estudo da relação entre as disciplinas de economia e política. Segundo essa visão, a EPI deveria ser entendida como uma união das duas disciplinas, integrando estudos de mercado e análise política em um único campo de investigação. Para essa versão, em suma, a Economia Política Internacional é sobre a complexa inter-relação da atividade econômica e política em nível dos assuntos internacionais (COHEN, 2008).

3.1.2 Escola Britânica

Se, na Escola Americana de pensamento da Economia Política Internacional, os precursores foram Robert Keohane e Joseph Nye, na Escola Britânica o nome de destaque é, com certeza, Susan Strange. Muitos estudiosos afirmam que o nascimento da EPI se deu com a publicação por Strange, em 1970, de um artigo denominado “*International Economics and International Relations: A Case of Mutual Neglect*”. Além de Susan Strange, outro grande nome do pensamento britânico foi o do canadense Robert Cox, que teve muitas publicações de destaque principalmente a partir dos anos 1980 (COHEN, 2007).

Susan Strange ancorou sua visão acerca da Economia Política Internacional em três temas principais: abertura intelectual, referindo-se ao viés multidisciplinar da EPI; ambição normativa, que significava o envolvimento com as questões sociais; e inclinação crítica, que era uma atitude cética em relação à ortodoxia. De modo geral, pode-se afirmar que esses três pilares guiaram o estilo de pensamento da Escola Britânica (COHEN, 2008).

A Escola Britânica difere da Americana por muitos fatores, sendo, por isso, chamada de uma abordagem alternativa. Primeiramente, a visão britânica da EPI é menos apegada ao método científico e mais abrangente, pois tenta englobar não apenas a economia e a política, mas também diversas áreas das ciências sociais para a explicação das transformações de ordem global da época. Dessa forma, pode-se afirmar que a principal característica da escola britânica é a aceitação de outras áreas de estudo, além da ciência política e da economia, juntamente com um interesse vital em uma ampla gama de questões normativas. Esses recursos mostram um nítido contraste com a maneira como a EPI se desenvolveu nos Estados Unidos, onde o positivismo e o empirismo eram a base de estudo (COHEN, 2007).

Outro ponto de destaque é a forma como a Escola Britânica enxerga o papel do Estado. Diferentemente da Escola Americana, que enxerga o Estado como o principal ator no sistema internacional, na visão britânica o Estado aparece apenas como um agente do sistema em meio a muitos outros agentes existentes. Desta forma, além do Estado, os indivíduos, as organizações internacionais, as organizações não-governamentais, os grupos domésticos e empresas transnacionais têm poder de decisão tanto acerca das questões financeiras, como de outras questões como segurança e inovação (SILVA, 2015).

Mesmo que, num primeiro momento, as duas visões acerca da Economia Política Internacional pareçam muito diferentes entre si, ambas têm como foco o estudo da interação entre economia e política nas relações internacionais. Seria, portanto, incorreto afirmar que existe uma “melhor” ou “pior”. Em outras palavras, ambas as escolas possuem suas fraquezas e seus pontos fortes, tendo cada uma sua devida importância para as discussões que abordam o tema. Entretanto, a abordagem utilizada na visão britânica acerca da EPI se mostra mais condizente com o mundo real, principalmente apresentar um foco multidisciplinar, que na visão da autora deste trabalho é a chave para o entendimento das questões relacionadas ao sistema internacional.

3.1.3 Escola Latino-Americana

A contribuição da América Latina no desenvolvimento do estudo da Economia Política Internacional foi muito importante, apresentando duas principais vertentes: o Estruturalismo Econômico e a Teoria da Dependência. Ambas as abordagens seguiram a tradição do materialismo histórico, no sentido de uma concepção materialista da história de

Marx, embora não pudessem ser descritas propriamente como marxismo clássico (Cohen, 2014).

O surgimento da EPI na América Latina ocorreu no fim dos anos 1940, mais especificamente com a publicação do trabalho de Raúl Prebisch em 1949, intitulado “O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de Seus Problemas Principais”. O Estruturalismo Econômico que tinha como nome principal além de Prebisch, também Celso Furtado, teve na sua concepção original a elaboração e execução de políticas públicas destinadas a superar o subdesenvolvimento. Ou seja, o objetivo era contribuir para o desenvolvimento de uma teoria do subdesenvolvimento voltada para a ação.

Segundo Cohen (2014), o Estruturalismo Econômico tinha sua ênfase sobre a importância de características sistêmicas na análise econômica, tendo como problemática central o desenvolvimento econômico. O desenvolvimento econômico era um tema natural e presente na América Latina, visto que era perceptível o atraso econômico da região relativo aos países de centro. Para os estruturalistas, a economia da região latino-americana era focada no desequilíbrio interno e externo decorrente da condição dependente de países pobres na economia mundial.

Pode-se afirmar que o ponto de partida da vertente estruturalista foi a divisão da economia mundial entre um núcleo dominante e uma periferia dependente. Nessa perspectiva, a dinâmica entre o centro e a periferia foi derivada de características econômicas fundamentais e assimetrias de poder do Estado, e não de guerra de classes ou dos imperativos de corporações multinacionais. Essa relação era, portanto, intrínseca, sendo a maioria dos problemas econômicos da periferia (baixo crescimento, inflação e desemprego) atribuídos a características específicas das estruturas de produção que ligam os dois lados (Cohen, 2014).

A escola Estruturalista guiada por Prebisch e Furtado foi muito importante devido ao fato de expor o caráter político e institucional, para além do econômico, das vinculações entre a periferia e o centro do sistema internacional. Eles suprimiram a separação que havia entre a economia e a política tanto no âmbito da interpretação das estruturas internas às nações latino-americanas, quanto internacionais, ao mostrar a ligação dinâmica que havia entre estes dois conjuntos de estruturas.

A análise estruturalista serviu como um ponto de partida ao apresentar uma percepção acerca dos constrangimentos sistêmicos sobre o desenvolvimento das economias nacionais, entretanto, não conseguiu conter as restrições no que diz respeito às melhorias na periferia. Sendo assim, surgiu no final dos anos 1950 a chamada “Teoria da Dependência”, onde nessa visão os países pobres eram pobres, pois foram moldados dessa forma pelo sistema, e estariam presos a essa condição. Um dos principais nomes da Teoria da Dependência é o de Fernando Henrique Cardoso (COHEN, 2014).

Conforme explica Cohen (2014), a abordagem da Teoria da Dependência distinguiu-se do Estruturalismo Econômico em dois aspectos principais. Primeiro por uma diferença de abordagem, enquanto o estruturalismo permaneceu limitado por construções econômicas convencionais, os dependentistas recorreram a uma gama mais ampla de tradições analíticas, que iam desde a ciência política e sociologia para a teoria crítica e do marxismo. Segundo ponto, foi a diferença de perspectiva, onde os estruturalistas acreditavam que a condição dos países periféricos poderia ser superada com a combinação correta de políticas públicas, já na visão de alguns seguidores da Teoria da Dependência – embora não fosse a visão defendida por Fernando Henrique Cardoso –, a solução viria de forma mais “radical”, na forma do socialismo.

Embora a Escola Latino-Americana tenha sido muito importante para o campo de estudo da Economia Política Internacional, esta acabou perdendo força a partir dos anos 1960, principalmente devido ao cenário político da região na época, que passou por uma onda de golpes militares atingindo cerca de 11 nações da América Latina. Essa situação fez com que os estudiosos de inclinação esquerdista – incluindo muitos estruturalistas e dependentistas – acabassem mudando seus campos de investigação, ou fossem exilados do país, como foi o caso de Celso Furtado.

3.1.4 O Sistema Internacional

No sistema internacional, as relações de conflito são situações de equilíbrio instável, e as situações de equilíbrio assentam-se em relações de conflito. Portanto, pode-se afirmar que, em sua essência, o sistema internacional é um sistema dinâmico que envolve poder, isto é, um sistema de conflito permanente e equilíbrio instável. Logo, no sistema internacional, a guerra e a paz, a harmonia e o conflito não são fins em si mesmos, mas sim um meio de se

alcançarem objetivos específicos nos campos econômico, político, cultural e militar (GONÇALVES, 2005).

Reinaldo Gonçalves (2005) explica que o sistema internacional é formado pelos subsistemas político, econômico e cultural. O foco da Economia Política Internacional são os temas mais específicos ao sistema econômico internacional, contudo, a EPI permite uma análise que é ao mesmo tempo profunda e abrangente, pois aborda diversos temas que são pertinentes ao sistema internacional. No âmbito dos três temas citados acima, também merecem destaque subtemas como segurança, militar, ciência, energia, crime organizado, meio ambiente, desenvolvimento, organismos internacionais e regimes regulatórios.

Pode-se afirmar que, dentro do sistema internacional, o poder econômico é expresso por meio de relações, processos e estruturas específicos, que compõem o sistema econômico internacional. Este sistema abrange quatro esferas, em que atuam os atores nacionais e transnacionais, sendo elas: comercial, produtivo-real, tecnológica e monetário-financeira.

A vulnerabilidade externa é um ponto central para a Economia Política Internacional, além de ser uma questão presente em todos os subsistemas que compõem o sistema internacional. A vulnerabilidade externa pode ser definida como a probabilidade de resistência a pressões, fatores desestabilizadores e choques externos, bem como o custo dessa resistência. Quanto menor for essa probabilidade, maior é a vulnerabilidade externa. Outro ponto importante é que a questão da vulnerabilidade não se limita à capacidade de resistência, pois existem também os problemas referentes às opções e aos custos de se contrapor à influência das variáveis externas (GONÇALVES, 2005). Conforme explica Gonçalves (2005, p. 31):

O conceito de vulnerabilidade externa nos remete ao conceito de poder no sistema internacional. O poder efetivo é inversamente proporcional à vulnerabilidade externa. Quanto mais elevada a probabilidade de um ator social, sujeito político ou agente econômico realizar a sua própria vontade ou resistir a pressões, fatores desestabilizadores e choques externos, maior é o seu poder efetivo no sistema internacional.

Ao identificar-se mais com o ponto de vista abrangente da Escola Britânica de pensamento da Economia Política Internacional, Reinaldo Gonçalves (2005) aborda a questão do Estado no sistema internacional ao mostrar que a EPI não se limita a entender a dinâmica do sistema internacional somente a partir das rivalidades entre Estados, reconhecendo a diversidade dos atores que atuam no sistema internacional, tanto na esfera pública quanto

privada. A rivalidade entre os Estados no sistema internacional é determinada não somente pela luta interestatal de poder, mas também por interesses materiais e elementos subjetivos que acabam por influenciar a conduta dos atores em cada espaço nacional e, conseqüentemente, no sistema internacional. Esses interesses e valores expressam, na maioria dos casos, a estratificação social, que é o determinante básico da luta interestatal de poder em cada país.

Ainda tratando sobre Estado, Reinaldo Gonçalves (2005) afirma que a identificação dos interesses de classes acaba por determinar as políticas internacionais formuladas por cada Estado, levando à conclusão de que os Estados programam políticas internas e externas visando atender os interesses de uma determinada classe social, em detrimento dos interesses nacionais que teoricamente o Estado deveria defender, ou em prejuízo dos interesses específicos de outras classes sociais. Assim sendo, a EPI tende a valorizar tanto a rivalidade entre os Estados quanto a rivalidade entre as classes sociais. Tais conflitos manifestam-se principalmente a partir das políticas domésticas e externas formuladas pelos países.

Perante o exposto, fica claro que entender a dinâmica de funcionamento do sistema internacional é fundamental para entender as relações internacionais, principalmente do ponto de vista da Economia Política Internacional. Diante disso, a seguir será abordada a história recente da relação bilateral Estados Unidos – Brasil, que servirá de base para o melhor entendimento desta relação na atualidade, sob o governo do presidente Barack Obama, tema central do presente trabalho.

3.2 A RELAÇÃO ESTADOS UNIDOS - BRASIL CONTEMPORÂNEA

O desenvolvimento e o subdesenvolvimento devem ser considerados como dois aspectos do mesmo processo histórico. Dessa forma, o subdesenvolvimento pode ser descrito como produto do desenvolvimento, tendo surgido devido ao impacto, em um grande número de sociedades, decorrente de processos técnicos e de formas de divisão do trabalho. As relações estabelecidas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos envolvem formas de dependência, que tendem a se estender ao longo do tempo (FURTADO, 1973).

Para Raúl Prebisch, os interesses dos grupos dominantes dos centros são uma combinação de interesses estratégicos, ideológicos e políticos com relação aos países periféricos. Os países de centro apresentam uma superioridade técnica e econômica que faz

com que se estabeleça a relação de dependência entre centro e periferia, prevalecendo sempre os interesses dos grupos dominantes (GURRIERI, 2011).

Na América Latina, segundo Celso Furtado (1973), a hegemonia que os Estados Unidos exerceram na região constituiu-se num obstáculo para o desenvolvimento da maioria dos países latino-americanos. A “estratégia de ajuda” do governo dos Estados Unidos, ao criar privilégios para as grandes empresas se instalarem na região, contribuiu para preservar retrógradas formas de organização social, determinando a relação de dependência que se seguiria entre Estados Unidos e América Latina.

Desde o final da Segunda Guerra Mundial até meados da década de 1980, o cenário mundial foi dominado pelo conflito entre União Soviética e Estados Unidos, duas superpotências, e pela rivalidade entre seus sistemas político-econômicos. Nessa época, o importante para os Estados Unidos era que os países latino-americanos mantivessem regimes semelhantes ao do país norte-americano, sendo também receptivos aos interesses econômicos do mesmo. Na verdade, os EUA não pretendiam firmar uma parceria com os países da região como um todo e nem com algum deles em específico; o objetivo era defender sua própria hegemonia perante os países da América Latina (MAIOR, 2001).

No caso do Brasil, essa dependência histórica também se confirma. Apesar da projeção cada vez maior do Brasil, o peso histórico dos Estados Unidos para a diplomacia e para a política nacional permaneceu elevado. Sendo assim, a definição do interesse nacional voltaria a ser uma via de mão única, centralizada nas visões norte-americanas e não nas possibilidades e necessidades brasileiras (PECEQUILO, 2011a).

A partir de 1989, no Pós-Guerra Fria, acreditava-se que existiria uma transformação real no mundo e que essa transformação caminharía para uma consolidação do livre mercado e da democracia. Além disso, acreditava-se que haveria uma nova ordem mundial, democrática e liberal, que levaria os países periféricos a uma nova perspectiva. Entretanto, essa nova visão de mundo logo se mostrou utópica, pois se percebeu que o sistema internacional não era pacífico (PECEQUILO, 2003).

Não só para o Brasil, mas também para outros países periféricos, o desenvolvimento econômico passou a ser um tema prioritário na agenda, tornando-se uma das maiores questões em termos de política interna e externa. Para tal, o Brasil manteve-se alinhado aos Estados

Unidos, pois acreditava que o apoio da potência hegemônica era necessário para o desenvolvimento do país. Contudo, o desenvolvimento dos países periféricos e, sobretudo, do Brasil não era um tema prioritário na agenda norte-americana. Ou seja, enquanto para o Brasil a prioridade era o desenvolvimento econômico, para os EUA a prioridade em relação à região era apenas assegurar que nada ameaçasse a sua hegemonia (MAIOR, 2001).

Posteriormente, já em meados nos anos 1990, o mundo encaminhava para a fase da “Estabilidade Hegemônica”, que se caracterizava como um sistema internacional estável e, de certa forma, pacífico. Dessa forma, o sistema internacional caminharia no sentido da cooperação, onde a hegemonia americana manteria seu papel construtivo, pois o país era uma superpotência, mantendo sua tradição de liderança internacional liberal. Ou seja, os EUA conduziram os processos internacionais de maneira equilibrada (PECEQUILO, 2003).

Porém, conforme explica Cristina Pecequilo (2003), essa não era a realidade do mundo e muito menos dos países ditos periféricos. Os países latino-americanos e, em especial, o Brasil, são países que mantêm uma posição subordinada no sistema internacional, mostrando que a estabilidade, o discurso de prosperidade que se colocava no núcleo do sistema, era um cenário irreal, pois não acontecia na prática e acentuava ainda mais a disparidade internacional.

Nesse contexto, a relação bilateral continuou alternando-se entre momentos de alinhamento e autonomia, até que com o governo Collor iniciou-se um processo de abertura da economia brasileira que acabou conduzindo o país à situação de cada vez maior dependência externa, principalmente em relação aos Estados Unidos (MAIOR, 2001). No campo político, foi criada em 1990 a Iniciativa para as Américas (IA), que consistia basicamente na reafirmação da América Latina como zona preferencial de interesse, preservando-a do avanço de poderes extracontinentais europeus e asiáticos. A expansão da democracia, a ajuda econômica e a consolidação de uma Zona Hemisférica de Livre Comércio (ZHLC) eram os pilares da IA. Na verdade, a criação da IA foi uma tentativa norte-americana de integração regional e estabilidade por meio da projeção de poder e, na prática, não trouxe nenhuma mudança nas relações hemisféricas (PECEQUILO, 2008).

A saída de Collor da presidência, após sofrer um *impeachment* em 1992, gerou um clima de desconfiança por parte dos Estados Unidos, pois houve uma ruptura do alinhamento automático entre os países. O receio era de que o Brasil sofresse um retrocesso em sua

trajetória democrática; contudo, não foi o que ocorreu e, apesar da desconfiança por parte dos EUA, as diplomacias norte-americana e brasileira mantiveram contatos de alto nível, principalmente após o Plano Real, implementado por Fernando Henrique Cardoso em meados de 1994 (PECEQUILO, 2008).

Conforme relata Cristina Pecequilo (2003), até o ano de 1999 a política externa brasileira em relação aos Estados Unidos foi caracterizada pelo alinhamento pragmático com alguns pontos de discordância, como a preservação do MERCOSUL diante da ALCA e a postura reivindicatória na OMC. O período de presidência simultânea de Clinton e Cardoso foi um período de amadurecimento das relações bilaterais, durante o qual se apresentou um incremento das trocas diplomáticas e estratégicas com a criação de grupos de trabalho para consultas bilaterais nas áreas de comércio, investimentos, segurança, política e energia. Entretanto, nem mesmo esse aparente bom relacionamento foi suficiente para que houvesse avanços em temas de interesse brasileiro, como a ONU (Conselho de Segurança), a ALCA e a OMC.

Com o início do século XXI, o principal desafio das relações Estados Unidos - América Latina foi, sem dúvida, a organização econômica do continente em uma grande área de livre comércio. A Área de Livre Comércio das Américas foi idealizada por George Bush em 1990, sendo formalizada em 1994. Para o Brasil, a ALCA também representava um desafio nas relações bilaterais. Do ponto de vista brasileiro, o projeto da ALCA não traria consequências positivas para os países da região, uma vez que se, por um lado, a abertura comercial poderia ampliar as exportações brasileiras para os países norte-americanos, por outro, a entrada dos produtos vindos desses países poderia ter um impacto direto na indústria nacional, dada a assimetria de poder entre os dois países (MAIOR, 2001).

Em resposta a esse período de alinhamento equivocado e que, na prática, trouxe poucos resultados benéficos ao Brasil, Fernando Henrique Cardoso teve uma mudança de postura ao adotar uma alternativa autonomista. Com essa mudança, o período de 1999 a 2004 caracterizou-se por um período sem grandes conquistas ou rupturas na relação bilateral. Nesse momento, houve a troca de presidência norte-americana, com Bush assumindo o governo. Apesar de Bush ter declarado que o século XXI seria o século das Américas, não existiram avanços em relação à ALCA. Os principais avanços ocorreram na área de segurança, com a extensão do Plano Colômbia (ver capítulo 6) e da Guerra Global Contra o Terrorismo, a

definição das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) como narcoterroristas e a indicação de que a Tríplice Fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina) era vulnerável ao terrorismo e às forças do crime organizado (PECEQUILO, 2008).

Conforme será melhor detalhado no capítulo 5, a chegada do presidente Lula ao governo brasileiro, em 2003, de início foi vista com desconfiança, pois o mesmo voltou a política externa do país para uma posição de maior autonomia, firmando parcerias com outros países e elevando assim a qualidade das relações brasileiras. Ao contrário do que se imaginava, Lula e Bush mantiveram contatos de alto nível e uma boa relação tanto interpessoal quanto em termos de parceria bilateral. Passou-se a ter uma percepção mais realista sobre o que os Estados Unidos poderiam oferecer ao Brasil, encarando-se pragmaticamente o papel da nação hegemônica no mundo como o de líder, mas pressionado por outros polos e na economia. Paralelamente ao fortalecimento brasileiro, houve declínio e desgaste da imagem de Bush, não só internamente, nos EUA, mas também no mundo. Tal desgaste foi agravado com a crise de 2008 (PECEQUILO, 2008).

O cenário encontrado por Obama quando assumiu a presidência norte-americana, em 2009, era de um país que oscilava entre o internacionalismo e o isolacionismo, a força e o diálogo. Ainda que Obama ressaltasse a importância do Brasil na dimensão político-estratégica, os distanciamentos derivados das divergências econômico-comerciais não tendiam a mudanças. No Brasil, mesmo com a evolução da relação com o diálogo, a sombra do alinhamento era muito presente, minimizando conquistas e o poder nacional.

4 A POLÍTICA EXTERNA DE OBAMA

Os últimos anos do governo do então presidente George W. Bush representaram momentos de transformação da história recente dos Estados Unidos, e foram caracterizados pela crise ocorrida em 2008 e pela esperança de uma nova eleição presidencial. As escolhas republicanas neoconservadoras que estiveram à frente da Casa Branca no período de 2001 a 2008 trouxeram consequências para os Estados Unidos como um todo, tais como oscilações econômicas, superextensão imperial e desgaste do internacionalismo multilateral. (PECEQUILO, 2011a).

No início de 2009, havia uma expectativa mundial de que a “era Bush” fosse deixada para trás no chamado “governo da esperança” de Barack Obama. De fato, houve uma notória mudança na retórica oficial do novo governo, visando estabelecer uma distância formal com o governo anterior.

Segundo Vianna (2010), a retórica oficial do governo dos Estados Unidos enfatiza a construção de um mundo de multiparceiros, que valoriza seletivamente o papel dos organismos de mediação política internacional. Durante o primeiro semestre de 2009, Obama esforçou-se pessoalmente em vencer as polarizações, desconfianças e ressentimentos criados pela estratégia de defesa preventiva do governo Bush. Os discursos oficiais de Obama buscaram instruir e criar empatia sobre temas complexos, abrindo caminho para o diálogo e superando abordagens diádicas sobre tais temas, reforçando a ideia de que a autoridade de sua liderança não seria construída através do medo e da força, mas sim através do “bom exemplo”. Ainda de acordo com Vianna (2010, p. 115):

Na perspectiva de Obama, as díades políticas do século XX não teriam mais sentido no século XXI, porque fariam com que pessoas, povos, culturas, religiões ou Estados se definissem a partir *daquilo que é contra*, impossibilitando a *barganha* ou *diálogo* centrados nos interesses compartilhados e responsabilidades comuns.

De acordo com Rocha (2009), a eleição do presidente Barack Obama poderia constituir o início de uma nova era não só na sociedade americana, mas também nas relações internacionais contemporâneas no geral. No plano interno, trouxe mudanças de esferas política e econômica; no âmbito externo, prometeu transformações institucionais e novas práticas políticas que poderiam melhorar a inserção internacional dos Estados Unidos. A “era Bush” chegou ao fim frente uma emergência de um consenso acerca da necessidade de se

reduzirem as assimetrias e de se ampliar a capacidade de intervenção do Estado na economia, visando o bem comum. Com a eleição, Obama teve a oportunidade de deslocar o “centro” para a esquerda, em favor de uma sociedade mais justa.

Tendo a vantagem de substituir um péssimo governo, Obama teve a chance de recuperar o respeito da comunidade internacional pelos EUA, sendo este o seu maior desafio no plano internacional. As suas primeiras iniciativas apontaram para fortalecer as instituições internacionais, de modo a torná-las mais representativas em prol de uma ordem mais justa (ROCHA, 2009).

O “estilo Obama” de governar mostrou, logo no início de seu mandato, a prioridade frente ao cenário global de transformação e reestruturação das relações bilaterais e organizações multilaterais, ao mesmo tempo em que pareceu preservar as assimetrias e padrões de intercâmbio anteriores ao seu governo, levando à repetição de crises cíclicas e à baixa intensidade de reforma (PECEQUILO, 2009).

Se, na década de 1990, os conceitos mais utilizados eram unipolaridade e unimultipolaridade, no período pós-2008 consolidou-se, cada vez mais, a ideia de multipolaridade. Em maio de 2010, foram estes conceitos que guiaram a administração de Obama à nova Estratégia de Segurança Nacional (NSS-2010), de caráter progressista. A estratégia de Obama reconheceu as mudanças ocorridas no equilíbrio do poder mundial pós-Guerra Fria, principalmente o surgimento e consolidação de polos de poder globais, representados por líderes regionais, como Brasil, China, Rússia, Índia, Indonésia e África do Sul, sendo essas nações definidas ora por esferas de influência, ora como novos centros de poder. Com isso, destaca-se a reforma estrutural do multilateralismo e a criação de parcerias diferenciadas com estas nações como forma de administrar o encolhimento dos EUA e o crescimento respectivo das nações (PECEQUILO, 2011b).

Durante o primeiro ano do mandato do então presidente Barack Obama, estabeleceram-se as principais grandes metas de política externa, sendo estas: pacificar o Oriente Médio, firmar o princípio da inviolabilidade da soberania dos estados como forma de se distanciar da chamada “estratégia preventiva” de Bush, buscar a não proliferação de armas nucleares, melhorar o equilíbrio regional na Ásia Central com o engajamento da União Europeia, da China, da Rússia, da Índia e do Paquistão na missão militar do Afeganistão, engajar China e Rússia em acordos bilaterais de caráter econômico e militar, firmar parcerias

estratégicas na África e conter a “diplomacia energética” da China em tal continente, conter a ameaça de “grupos extremistas violentos” e de redes transnacionais de tráfico de drogas, reformar as leis e instituições que regulam e mediam a situação de imigrantes (legais e ilegais) e asilados (VIANNA, 2010).

Ainda em termos de política externa, o governo de Obama concentrou-se em desafios mais urgentes aos EUA em relação a outras partes do mundo, enquanto os funcionários e agências especializadas lidaram com assuntos de menos visibilidade pública para reforçar a cooperação hemisférica, como foi o caso da América Latina. Entretanto, esperava-se que Obama reparasse os danos ao prestígio internacional dos Estados Unidos ocasionados pelo seu antecessor, e a América Latina oferecia uma boa oportunidade para demonstrar esse reposicionamento (WHITEHEAD, 2011).

No que diz respeito à política externa elaborada pelo governo Obama para a América Latina, esta fazia parte de um esforço maior de renovação da política externa norte-americana, uma vez que a severa crise econômica internacional poderia tornar abordagens interamericanas mais atraentes em boa parte do continente. O novo governo enfatizou a preferência por temas com os quais poderia lidar de forma imediata, tais como reforçar as instituições financeiras, restaurar os fluxos de crédito e investimento e enfrentar os desafios nas áreas de energia, meio ambiente e segurança (LOWENTAL, 2011).

Ainda segundo Lowental (2011), a agenda de Obama para a América Latina previa maior ênfase em temas como pobreza e desigualdade, novas abordagens para os problemas ligados ao narcotráfico, violência, energia, imigração, além de uma maior cooperação com o Brasil e o fortalecimento da parceria com o México, sendo esta última sem dúvida a maior motivação para a melhoria das relações com a América Latina.

Entretanto, conforme será abordado com mais detalhamento no capítulo 6, entre a expectativa e a realidade da política externa estadunidense no primeiro governo Obama, para a América Latina, houve uma grande lacuna cercada de pequenos conflitos e decepções, pois a administração Obama mostrou-se incapaz de retomar a relação bilateral e estreitar a cooperação com a região.

Apesar de existirem riscos na relação entre as Américas, as condições continuam existindo para uma cooperação multilateral inteligente, no sentido de maximizar as áreas de

interesse em comum. Contudo, será necessária uma política mais coerente e mais igualitária. De acordo com Whitehead (2011, p.194):

A América Latina proporciona aos Estados Unidos um ambiente regional relativamente democrático e amigável. Os governos responsáveis pela América Latina também devem ter em conta os riscos e o impacto negativo sobre seus interesses nacionais que teria uma relação degradada com os EUA. Mesmo que a equipe Obama seja obrigada a se concentrar em outros lugares do mundo, e mesmo que ela cometa “lapsos hegemônicos”, os Estados Unidos dessa administração são um parceiro melhor do que os Estados Unidos da administração anterior, e possivelmente melhor do que os Estados Unidos de administrações vindouras. Por isso, é no interesse de todos evitar “oportunidades perdidas” para a cooperação regional.

O futuro das relações entre Estados Unidos e América Latina após o governo Obama ainda é incerto. É muito provável que a expectativa inicial de uma retomada da cooperação interamericana seja frustrada devido às muitas pressões sofridas pelo governo Obama. Mas também é possível que o governo americano resolva de fato perseguir os objetivos e desafios declarados no início de seu mandato em 2009; todavia, para que isso aconteça é necessário que Obama consiga recuperar o apoio político e que a economia americana esteja estabilizada (LOWENTAL, 2011).

4.1 A POLÍTICA EXTERNA DE OBAMA PARA O BRASIL

A relação entre Brasil e Estados Unidos difere bastante daquela que se observa no restante dos países latino-americanos. O Brasil é um país que possui densidade política, econômica e diplomática, e são essas características que diferenciam sua relação com os EUA da que este país mantém com os demais países do continente (VIGEVANI; ZAHARAN, 2011). Além disso, seja pela posição geográfica de ambas as partes, ou pelas características nacionais parecidas, como nações jovens, continentais e multirraciais, o intercâmbio sempre representou fonte de referência e debate na relação EUA - Brasil.

A eleição de Barack Obama trouxe a Brasília um misto de expectativa e incerteza, pois, na perspectiva brasileira, o período marcado pela presença simultânea de Bush e Lula na cena política pode ser caracterizado como um dos melhores na história recente do vínculo bilateral. Essa relação assistiu um aumento significativo na frequência de visitas de alto nível entre ambos os lados e o estabelecimento de novos acordos, entendimentos e mecanismos de consulta e cooperação. No entanto, isso não significa que o governo do presidente Lula aceitasse as preposições básicas da Doutrina Bush. Ao contrário, tanto Lula como seu

antecessor, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, manifestaram-se contra a agenda neoconservadora de Bush (NEVES; SPEKTOR, 2011). Pode-se afirmar que, embora mantivessem uma boa relação, os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e George W. Bush não foram muito além das boas intenções e das regras de boa convivência.

Logo no início do seu mandato, Obama buscou apresentar um novo estilo de governo, realizando viagens entendidas como “históricas” para o Oriente Médio e para a África, promovendo discursos de reconciliação e expansão democrática. Além disso, na Cúpula do G-20 financeiro que aconteceu em fevereiro de 2009, aproximou-se dos países emergentes, defendendo a reforma da estrutura do poder mundial, e ressaltou a importância da construção de uma ordem financeira global (PECEQUILO, 2011b).

Cristina Pecequilo (2011b) afirma que esses eventos ocorridos no início do governo Obama soaram como um ponto positivo, pois Obama não poupou esforços para sinalizar à América Latina que haveria de fato uma mudança significativa nas relações entre os Estados Unidos e seus parceiros. No caso do Brasil, o presidente Lula foi o primeiro chefe de Estado a ser recebido pelo presidente Obama, dando continuidade ao processo de reconhecimento do país como estabilizador regional e potência emergente global. Apesar desse fato importante, a administração do presidente Lula manteve-se realista e pragmática em relação aos norte-americanos, preservando sua política de eixos combinados, mesmo diante das críticas dos que internamente desejavam uma aproximação mais clara com os EUA.

No primeiro encontro entre Obama e Lula, no início de 2009, o presidente dos Estados Unidos seguiu a linha de comentário herdada pelo seu antecessor, ressaltando as qualidades da “liderança progressiva” do presidente brasileiro e das positivas transformações pelas quais o Brasil passava. Essa reunião inicial foi dominada pelas dificuldades na área de biocombustíveis, dando pouca ou nenhuma atenção aos temas em que ambos os países são personagens relevantes e nos quais a ordem mostra fissuras profundas, tais como comércio internacional, meio ambiente, não proliferação nuclear e arquitetura financeira global (NEVES; SPEKTOR, 2011).

Essa reunião de poucos avanços refletiu um padrão histórico, pois desde a Guerra Fria o Brasil foi mais distante dos Estados Unidos do que países como a Argentina, o Chile e o México. Nem mesmo as boas relações e a intensificação de encontros de alto nível entre autoridades dos dois países, no período que foi de 2003 a 2005 – durante os governos

simultâneos de Lula e Bush –, foram capazes de alterar significativamente a situação de distanciamento relativo.

Os primeiros anos do Governo Obama coincidiram com o acontecimento de diversos problemas regionais que terminaram por gerar divergências entre os EUA e o Brasil, evidenciando ainda mais essa distância que separa os dois países, principalmente no que diz respeito ao tema de gestão da ordem regional nas Américas. Tais questões influenciaram o dinamismo da região como um todo e serão abordadas mais adiante, no capítulo 6.

Sobre as complicações acerca das divergências de opinião e atitude entre Estados Unidos e Brasil, Neves e Spektor (2011, p.154) destacam:

Essas dinâmicas complicaram a capacidade de Brasil e Estados Unidos coordenarem suas políticas para a região. Parte do problema tem a ver com a expectativa, em Washington, de que o Brasil queira e possa ajudar a custear a ordem regional. Contra essa ideia, a mensagem recorrente do Brasil tem sido a de que o país “pode e deve contribuir na construção da ordem global, consciente de seu peso demográfico, territorial, econômico e cultural, e de ser uma grande democracia em processo de transformação social”. O que não aparece nessa lista é a noção de que, sendo o principal país do subcontinente, o Brasil teria responsabilidades especiais pela manutenção da estabilidade regional e, portanto, deveria custear a mesma.

A posse da presidente Dilma Rousseff em 2011 foi bem recebida pelos Estados Unidos, que ressaltaram a importância de sua eleição como a primeira presidente mulher do Brasil. Logo após a posse da presidente Dilma, começaram os preparativos para a visita de Obama ao Brasil, que ocorreu naquele mesmo ano; esta foi, também, a primeira visita do presidente norte-americano à América do Sul naquele ano. Tendo em vista que Obama já estava à frente dos EUA desde 2009 e essa foi sua primeira visita à região sul-americana, observa-se, então, que a política hemisférica do presidente norte-americano é secundária frente a outras esferas de ação, como, por exemplo, Ásia, Europa, África e Oriente Médio (PECEQUILO, 2011b).

Conforme afirma Cristina Pecequilo (2011b), a viagem de Obama ao Brasil foi caracterizada por uma retórica pró-democracia e cooperação, de valorização das oportunidades econômicas. A expectativa brasileira com a visita de Obama era de que fosse firmada a abolição dos vistos para brasileiros entrarem nos EUA, a conclusão de um acordo comercial bilateral, o estabelecimento de uma maior parceria energética no campo do petróleo e biocombustíveis, culminando na declaração formal de apoio ao pleito brasileiro de tornar-se membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Entretanto, ainda que tenham sido

assinados importantes memorandos para a cooperação na área educacional e abertas novas perspectivas de cooperação, as principais áreas de interesse do Brasil foram tratadas com menos interesse por parte dos Estados Unidos do que o desejado, mantendo o distanciamento já tradicional entre os países.

4.1.1 O Conselho de Segurança da ONU

O Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas foi criado em 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial, a fim de manter a paz e segurança internacionais, sendo considerado o órgão mais importante da ONU. Entre as decisões tomadas pelo Conselho estão o embargo de armas, sanções abrangentes e mesmo a autorização de intervenção armada. Essas medidas são manifestações impositivas da autoridade do CSNU, pois dispensam o consentimento das partes em conflito. O Conselho de Segurança é composto por cinco membros permanentes (Estados Unidos, Rússia, China, França e Reino Unido) e dez membros rotativos, eleitos para mandatos de dois anos. O Brasil, juntamente com o Japão, é o país que foi mais vezes eleito membro não-permanente do Conselho, tendo sido seu último mandato no biênio 2010-2011, o que demonstra o grande reconhecimento das contribuições do Brasil à atuação do órgão (BRASIL, 2015).

A entrada do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU começou a ser discutida, com mais seriedade, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), ganhando força com a chegada de Lula ao poder em 2003. O período em que Lula esteve à frente da presidência foi marcado pela perda de credibilidade americana e pelo novo papel do Brasil, cada vez mais global, que elevou o país a um possível interlocutor nos assuntos regionais, sendo este um dos motivos que reforçaram a sua candidatura a membro permanente. Embora membros permanentes do Conselho, como Rússia, França e Grã-Bretanha, houvessem declarado seu apoio ao Brasil, nem Bush, nem Obama o fizeram abertamente (PECEQUILO, 2011b).

Esse debate continuou com a chegada da presidente Dilma Rousseff em 2011, e era um dos temas que geravam expectativas quanto à vinda de Obama ao Brasil naquele mesmo ano. Porém, não existiram declarações de apoio direto ao Brasil como o que ocorreu formalmente com relação ao Japão e à Índia, apenas uma demonstração de “apreço” pelo pleito brasileiro por parte de Obama (PECEQUILO, 2011b). Portanto, os norte-americanos

demonstraram que não se opõem ao Brasil no Conselho de Segurança da ONU, sinalizando um possível eventual apoio; entretanto, vale frisar que até o final de 2012 – término do primeiro mandato do Presidente Barack Obama – não foram feitos avanços nessa questão.

4.1.2 Meio ambiente e energia

O ano de 2009 foi marcado por avanços nas posturas ambientais tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil. A chegada de Obama à Casa Branca sinalizou uma mudança no tom e na orientação da política americana para o meio ambiente, o governo incentivou os estados a implementarem regras próprias de proteção ao meio ambiente e o governo central passou a interpretar de forma mais rígida a legislação ambiental nacional. Entretanto, os meses que antecederam a reunião de Copenhague, que aconteceu no final de 2009, mostrou a falta de engajamento na questão entre Brasil e Estados Unidos, pois apesar de compartilharem uma série de interesses, ambos os países seguiram por caminhos distintos (NEVES; SPEKTOR, 2011).

O posicionamento brasileiro privilegiou coordenar suas atitudes com outros países em desenvolvimento, pois havia um receio, por parte do Brasil, de que o agravamento da crise financeira global resultasse em medidas protecionistas por parte dos países desenvolvidos, como ocorreu em pacotes de ajuda econômica elaborados pelos governos dos Estados Unidos e da França. Enquanto isso, nos EUA, a capacidade negociadora do país foi limitada pela estrutura do jogo político interno e pela difícil aprovação do Congresso americano. Para o Brasil, não era clara a capacidade do executivo americano de assegurar compromissos ambientais sustentáveis (NEVES; SPEKTOR, 2011).

Há algumas décadas a questão da energia tem sido tanto um desafio quanto uma oportunidade para diplomatas e juristas brasileiros e americanos buscarem intensificar a cooperação bilateral. No período da administração simultânea dos presidentes Bush e Lula, foram feitos esforços para que os países se envolvessem em um programa de cooperação energética, mas só em 2007 foi assinado o “Memorando de Entendimento para o Avanço da Cooperação em Biocombustíveis”. Esse memorando reconhecia a importância estratégica do etanol como um combustível automobilístico, propondo desencadear “uma força transformadora na região para diversificar as fontes de energia, impulsionar o crescimento econômico, avançar agendas sociais e melhorar o meio-ambiente” (LANGEVIN, 2013, p.15).

Diferentemente da Era Bush, na qual o foco tendia para o etanol, no governo Obama, desde a descoberta do pré-sal, observou-se uma mudança de interesse, que se voltou para o petróleo. Os Estados Unidos encontram muitas dificuldades em reformar seu setor energético, reduzir a matriz de hidrocarbonetos e o consumo de energia; além disso, o difícil acesso a esse recurso representa a principal vulnerabilidade da hegemonia americana. Desta forma, a perspectiva de que o Brasil viesse a se tornar um grande exportador de petróleo para os EUA surgiu como um tema prioritário na agenda norte-americana, uma vez que essa parceria reduziria a dependência do país para com o Oriente Médio, Venezuela, entre outros. Essa parceria também seria uma tática para ocupar espaço mediante o avanço chinês e indiano como grandes consumidores de energia (PECEQUILO, 2011b).

Apesar de o cenário ser favorável a uma parceria, as assimetrias observadas entre EUA e Brasil, juntamente com o orgulho e as pré-disposições de diplomatas e legisladores de ambos os países, impediram a formação de uma cooperação estratégica de energia mais elaborada. Os anúncios presidenciais a respeito do Diálogo Estratégico Sobre a Política Energética, além de memorandos de entendimento mútuos e outras iniciativas, foram ofuscados pelo aparente desinteresse da administração do governo norte-americano em aproveitar o momento e endossar a candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Esse vácuo recorrente entre diplomacia construtiva e parceria estratégica só demonstrou a distância política entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos (LANGEVIN, 2013).

4.1.3 Comércio bilateral

Mesmo que, historicamente, o Brasil e os Estados Unidos tenham sido importantes parceiros comerciais, visto que ambos os países participaram de diversas rodadas de negociações globais ao longo dos anos, até o presente momento não conseguiram formular um acordo bilateral para o comércio que fosse benéfico para os dois países. Com o fracasso da proposta da ALCA, os EUA passaram a reformular a sua estratégia de comércio visando acordos bilaterais e sub-regionais. No que diz respeito a acordos bilaterais com o Brasil, diversas são as questões que dificultam a cooperação: um ponto importante é o fato de não existir um acordo bilateral de impostos a fim de facilitar o comércio e o investimento; além disso, os Estados Unidos proporcionaram subsídios ao seu setor agrícola, apresentando

também um rígido sistema de taxas para as importações do etanol brasileiro (MUJAL; GONZÁLEZ, 2011).

Desde 1995 o Brasil precisou recorrer à OMC em inúmeros contenciosos contra os Estados Unidos, visto que inúmeros produtos de exportação encontraram e encontram barreiras no acesso a este mercado e, na maioria das vezes, os ganhos de causa são brasileiros. As barreiras variam desde medidas fitossanitárias até ações unilaterais de subsídio e protecionismo. Entre os setores mais afetados estão o etanol, a gasolina, o setor automotivo, os produtos siderúrgicos, o suco de laranja e o algodão, sendo este último um dos setores mais problemáticos, uma vez que os EUA não respeitaram as decisões da OMC para esse caso (PECEQUILO, 2012).

Em 2009, o Brasil foi um dos países mais afetados pela vitória definitiva no contencioso com os EUA acerca da produção de algodão, entretanto, conforme citado acima, os Estados Unidos desrespeitaram as regras e não se dispuseram a negociar mesmo após a decisão pela retaliação por parte da OMC. Por este motivo, em março de 2010 o governo brasileiro divulgou uma lista de 102 bens que sofreriam retaliações. Diante dessa postura brasileira, os EUA ofereceram ao país um fundo de ajuda de U\$147 milhões para os produtores brasileiros de algodão e o encaminhamento do cumprimento das demais decisões da OMC, sendo estes a revisão da legislação interna e a abertura de mercado. O Brasil aceitou a proposta e a partir disso foi firmado o “Acordo-Quadro para uma Solução Mutualmente Acordada para o Contencioso do Algodão na Organização Mundial de Comércio”, porém, o governo norte-americano não ofereceu a continuidade da manutenção desse acordo alegando pressões do Legislativo (PECEQUILO, 2011b).

Outra questão acerca do comércio bilateral foi a vitória do Brasil no contencioso do suco de laranja em março de 2011, logo após a visita do presidente Obama ao Brasil. Além disso, o Senado dos Estados Unidos votou contra os subsídios ao etanol. Ou seja, embora a questão do suco de laranja tenha sido resolvida, o problema do algodão e do etanol continua em aberto. Mesmo que os EUA continuem sendo o país que possui o maior número de investimentos diretos no Brasil, a tendência é de estagnação e encolhimento devido à permanência das pressões protecionistas e isolacionistas internas. Essa tendência fez com que a China ganhasse espaço no comércio brasileiro, ultrapassando os Estados Unidos como

maior parceiro individual do Brasil em 2010 (PECEQUILO, 2011b), conforme será visto mais detalhadamente no capítulo 5.

Diante do exposto, o que se observa é que a eleição de Dilma Rousseff em 2010 não modificou a estrutura básica das relações entre o Brasil e os Estados Unidos, mesmo ambos os países tendo reconhecido a crescente importância que um tem para o outro historicamente. Entretanto, reconhecem que também será difícil o consenso em áreas críticas para ambos os lados e sugerem que é plausível esperar novos embates num futuro próximo. Nem mesmo a semelhança em temas como democracia, direitos humanos, economia de mercado são suficientes para assegurar a proximidade entre os dois países. De acordo com Neves e Spektor (2011, p.164) “as frustrações e a dificuldade de ambas as partes em avançar agendas conjuntas possivelmente continuarão sendo recorrentes na relação bilateral”.

Se os Estados Unidos de Obama e o Brasil quiserem avançar nas relações para que estas passem de apenas “convergência de interesses” para questões bilaterais específicas ou para a cooperação em fóruns multilaterais, precisarão de adaptação, flexibilidade e boa vontade, já que é evidente o distanciamento e também a desconfiança de suas elites com relação à política externa e à defesa (MUJAL; GONZÁLEZ, 2011).

5 O POSICIONAMENTO BRASILEIRO FRENTE À POLÍTICA EXTERNA DE OBAMA

As relações históricas entre Brasil e Estados Unidos a partir do século XX podem ser definidas em quatro etapas básicas. A primeira etapa, do início do século até começo dos anos 1940, foi definida por uma aliança entre os dois países. O período de 1942 a 1977 caracterizou-se pelo alinhamento brasileiro às iniciativas da política externa americana no mundo. De 1977 até 1990, o Brasil assumiu uma postura autônoma em relação ao país norte-americano. Por último, e ainda vigente, iniciou-se uma etapa de ajuste da relação bilateral com posturas mais flexíveis tanto pelo lado brasileiro, quanto norte-americano (DESIDERÁ NETO; ALBRES, 2012).

Na última década, as relações Brasil - Estados Unidos observaram um significativo adensamento em virtude das mudanças em sua posição relativa no equilíbrio de poder global. Enquanto os Estados Unidos atravessaram uma fase de refluxo de poder, principalmente após a crise de 2008, o Brasil passou a se destacar entre as nações emergentes, ao lado de China, Índia, Rússia e África do Sul, os chamados BRICS (PECEQUILO, 2012).

Conforme afirma Cristina Pecequilo (2012), após o discurso de integração regional e da agenda da boa governança na década passada, os norte-americanos deixaram para trás o foco hemisférico, concentrando suas ações na Europa e na Ásia. Essa postura norte-americana coincidiu com a iniciativa dos países emergentes a ampliarem sua autonomia política, dinamismo social e crescimento econômico, buscando alternativas diplomáticas para o eixo Norte-Sul. Tais atitudes dos países periféricos acentuaram a relativa desconcentração do poder mundial.

No Brasil, essa reorientação estratégica consolidou-se no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que priorizou as relações Sul-Sul com a região, e as relações com as nações emergentes e os Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDR). Essa postura adotada por Lula permitiu a diminuição da vulnerabilidade e o aumento de projeção na América do Sul, conferindo ao Brasil o papel de estabilizador e condutor do desenvolvimento na região (PECEQUILO, 2012).

5.1 ANTECEDENTES

O Brasil e os Estados Unidos têm uma longa história de cooperação bilateral. De modo geral, a relação entre os dois países tem sido boa, sendo raramente caracterizada por momentos de confronto. Entretanto, não se pode afirmar que exista uma parceria de fato entre ambos os países. A aparente “má vontade” manifestada pelos Estados Unidos em reconhecerem o Brasil como um agente global dificulta a cooperação entre os dois países. Por outro lado, os norte-americanos podem ter hesitado em aceitar o Brasil como uma potência global, pois, se assim fosse, isso daria ao Brasil uma maior influência nas negociações (MUJAL; GONZÁLEZ, 2011).

Com a chegada de Lula à presidência em 2003, o perfil autônomo de política externa para os Estados Unidos foi acentuado. Esse perfil já vinha sendo assumido desde o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, contudo, o perfil autônomo de política externa de Lula trouxe alterações estratégicas importantes, que promoveram um salto qualitativo nas relações internacionais. A primeira impressão norte-americana foi de que o relacionamento passaria da estagnação à confrontação, mas a continuidade econômica e política, juntamente com a retomada multilateral-global, reforçada pela temática social de Lula, gerou um aumento do poder de barganha nacional, permitindo a elevação no perfil da relação, amparado pelos mecanismos institucionais criados no governo anterior (PECEQUILO, 2008).

A política externa era uma das prioridades do governo Lula, e, para tal, o presidente dispendeu praticamente um ano inteiro para viagens internacionais, conseguindo dessa forma fortalecer o seu perfil internacional, e também o do país. Durante seu mandato, a política externa brasileira equilibrou a consistência de princípios com a procura pragmática de mercados e de oportunidades de investimento. Dentre as prioridades da política externa estavam a reforma das estruturas internacionais de governança, o reforço da colaboração Sul-Sul, a expansão da integração regional da América Latina, e uma maior afirmação da liderança brasileira no hemisfério (MUJAL; GONZÁLEZ, 2011).

A autonomia brasileira acabou por reforçar o eixo Norte-Sul, tornando o país menos vulnerável e maximizando as perspectivas do intercâmbio bilateral. Ao lado da China e da Índia, o Brasil passou a ser visto como uma nação com poder de negociação e peso regional. Além disso, firmou-se como elemento de equilíbrio na América do Sul, complementando os

interesses político-estratégicos norte-americanos (PECEQUILO, 2008). Conforme Cristina Pecequilo (2011, p.93) explica,

Portanto, a relação bilateral Brasil-EUA era uma dentre várias possíveis, também se corrigindo sua lógica e parâmetros estratégicos. Ao invés de uma postura subserviente e alinhada, o Brasil optou por um viés autônomo e de barganha, reforçando seu poder nos âmbitos regional e global. A relação com os EUA passou a ser baseada em autorrespeito, consciente de que aquele país não detém a América Latina ou o Brasil como parceiros preferenciais. O incremento do poder brasileiro, principalmente por meio da consolidação social e econômica doméstica, associado a esta maior amplitude de ação externa elevou o poder de barganha nacional no sistema diante dos outros Estados e como articulador de alianças e coalizões em nível multilateral. O Brasil se tornou mais visível para os norte-americanos, não por seu alinhamento, mas sim por sua autonomia.

O fortalecimento da imagem brasileira foi acompanhado pela perda de credibilidade norte-americana, causada pelas opções unilaterais feitas pelo presidente George W. Bush durante o seu primeiro mandato (2001-2004). Embora tenha vencido a segunda eleição, sua administração já apresentava sinais de desgaste devido ao prolongamento das guerras do Afeganistão e Iraque, a desaceleração econômica, os déficits públicos e comerciais, o aumento da pobreza e do desemprego, que sinalizavam a necessidade de buscar alternativas que diminuíssem os custos (PECEQUILO, 2008).

A partir de 2005, em resposta a essas transformações, foi estabelecido o Diálogo Estratégico Brasil - Estados Unidos como parte das iniciativas norte-americanas de recuperar o espaço perdido pelo unilateralismo. A definição de diálogo estratégico seria o reconhecimento do país como parceiro e potência global e regional (PECEQUILO, 2012). Ao estabelecer um diálogo estratégico, fica evidente a evolução do relacionamento positivo construído ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000 entre Brasil e Estados Unidos, demonstrando o peso político crescente do Brasil e o reconhecimento de sua autonomia, uma vez que países de peso como China, Rússia e Índia também detêm um diálogo estratégico com os EUA (PECEQUILO, 2008).

Conforme Cristina Pecequilo (2011b) relata, esse período de estabelecimento do diálogo estratégico, período em que também houve uma visita do presidente Bush ao Brasil, foi caracterizado por um misto de avanços e estagnação. No que diz respeito aos avanços, esses aconteceram no setor político-estratégico, sendo o Brasil convidado para inserir-se em negociações do processo de paz do Oriente Médio. Intensificaram-se também os contatos

bilaterais, embora as demandas referentes às reformas das organizações internacionais não tenham sido atendidas, demonstrando um ponto de estagnação na relação entre os dois países.

Mesmo observando-se um avanço nas relações bilaterais com o estabelecimento do diálogo estratégico, o retorno para o Brasil não foi o esperado, pois os pontos de divergência entre os países permanecem, segundo Cristina Pecequilo (2008, p. 101):

O ritmo de crescimento das trocas é abaixo do esperado, na medida em que os constrangimentos estruturais à abertura dos EUA não se alteram e sofreram uma inflexão negativa. A desaceleração converteu-se em recessão, o que reforça o protecionismo e o isolacionismo. Pressões para a não-renovação do Sistema Geral de Preferências (SGP) do Brasil e outros emergentes têm sido constantes, existindo muitos entraves ao comércio bilateral, como comprovado no relatório “Barreiras a produtos brasileiros no mercado dos EUA”, preparado pela Embaixada do Brasil em Washington e a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX). Essas medidas ainda afetam chances de parceria energética como no caso do etanol.

Em meio a esse contexto, surgiu mais um fator agravante para as relações bilaterais Brasil-EUA: a crise financeira global iniciada nos Estados Unidos. Os primeiros sinais da crise ocorreram a partir do segundo semestre de 2007, tendo a crise no mercado imobiliário norte-americano chegado ao seu auge em setembro de 2008, demonstrando a fragilidade da economia e a ausência de liquidez no mercado. A partir de então, a Europa também começou a apresentar sinais de fragilidade, e essa situação provocou uma crise generalizada no sistema global. O Brasil também foi afetado pela crise, embora menos do que as economias desenvolvidas.

Nesse momento, as eleições já estavam decididas e se aguardava o momento de posse do novo presidente, Barack Obama, em 2009. A expectativa do Brasil e dos demais países emergentes era de que, a partir da crise e com a posse de Obama, as nações desenvolvidas reconheceriam de fato o novo cenário formado pelos países emergentes e fariam ajustes nos organismos financeiros e comerciais multilaterais (PECEQUILO, 2011b). Entretanto, como será discutido a partir das seções a seguir, a situação não evoluiu como o esperado.

5.2 LULA E OBAMA (2009-2010)

Ao longo do ano de 2009, primeiro ano do governo Obama, a relação Brasil - Estados Unidos foi marcada por diversas divergências no âmbito das questões regionais. A trajetória política de Obama demonstrou que as estratégias da era Bush seriam revisadas a fim de se estabelecerem novas prioridades e um novo estilo de comando. Essa mudança foi

problemática, no início, para o Brasil, que já estava acostumado com o governo republicano e com a forma como era mantido o diálogo que, embora distante, era percebido pelo governo Lula como fundamentalmente positivo (NEVES; SPEKTOR, 2011).

O ano que marcou a chegada do presidente Barack Obama à presidência dos Estados Unidos coincidiu com o aparecimento da China como principal mercado para exportações brasileiras, tomando o lugar que até então era dos EUA. Ainda que o fluxo de comércio tenha sofrido alterações e que no ano de 2010 tenha acontecido uma nova ascensão norte-americana na pauta exportadora brasileira, o acontecimento serviu para mostrar que a influência norte-americana nas Américas e, mais especificamente, no Brasil talvez viesse sofrer uma trajetória declinante a longo prazo (NEVES; SPEKTOR, 2011). Essa alteração nas relações brasileiras pode ser percebida através dos dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, descritos na Tabela 1:

Tabela 1: Intercâmbio Comercial Brasileiro- US\$ *Free on Board* (FOB)

Países Desenvolvidos/ Países em Desenvolvimento				
Exportação				
Destino/ Ano	1989	2007	2009	2011
Países Desenvolvidos	24.833.754.798	79.257.185.529	63.705.209.924	105.718.842.292
Países em Desenvolvimento	9.241.497.985	78.544.156.122	86.675.598.383	145.507.080.311
Importação				
Destino/ Ano	1989	2007	2009	2011
Países Desenvolvidos	10.585.045.615	62.545.931.052	67.724.199.752	111.843.453.726
Países em Desenvolvimento	7.678.095.922	57.933.976.914	59.793.062.532	113.657.354.323

Fonte: PECEQUILO, 2012, p. 32.

Nota: Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

De acordo com a Tabela 1, observa-se o aumento do fluxo comercial entre o Brasil e os países em desenvolvimento – grupo que inclui os países membros do MERCOSUL, os BRICS e os continentes africano, asiático e americano –, além da redução do fluxo com os países desenvolvidos, sendo estes basicamente Estados Unidos e Europa. Segundo Pecequilo (2012),

Os EUA deixaram, portanto, de ser o principal parceiro comercial individual, substituídos pela China, ainda que a pauta seja similar: exportação de produtos básicos e importação de bens industrializados e semi-industrializados.

Tabela 2: Intercâmbio Comercial Brasileiro- US\$ FOB

EUA/ China- Parceria Individual				
Exportação				
Destino/ Ano	1989	2007	2009	2011
EUA	8.231.202.141	25.065.048.412	15.601.628.031	25.804.628.156
China	628.341.233	10.748.813.792	21.033.886.286	44.314.595.336
Importação				
Destino/ Ano	1989	2007	2009	2011
EUA	3.728.968.465	18.723.280.625	20.032.145.355	33.964.082.039
China	128.002.490	12.621.273.347	15.911.133.748	32.788.236.714

Fonte: PECEQUILO, 2012, p. 33.

Nota: Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

No que diz respeito às questões climáticas e à reunião de Copenhague, que aconteceu no ano de 2009, abordada no capítulo anterior, a atmosfera política era evidentemente pouco favorável a acordos de combate à mudança do clima, levando o Brasil a assumir uma nova postura nas negociações. Mesmo diante do impasse observado no encontro, o Brasil propôs metas nacionais ambiciosas de redução voluntária da emissão de gases do efeito estufa. Além disso, o presidente Lula chegou a afirmar que o Brasil poderia oferecer recursos para um fundo global (NEVES; SPEKTOR, 2011).

Conforme relatam Neves e Spektor (2011), outra questão importante desse período aconteceu logo nos primeiros meses de 2010, quando as relações bilaterais acabaram se complicando frente à postura adotada pelo Brasil quando assumiu uma cadeira rotativa no Conselho de Segurança da ONU. Diante do anúncio feito pelo Irã, informando o avanço no enriquecimento de urânio e da descoberta de laboratórios clandestinos de pesquisa tecnológica no país, Obama tentou impor uma nova rodada de sanções contra o Irã. Entretanto, o Brasil manifestou-se contrário à posição estadunidense, argumentando em favor de um programa nuclear iraniano para fins civis. Essa postura brasileira foi uma manifestação política que teria consequências positivas para a inserção internacional brasileira.

O episódio do Irã, assim como os demais casos abordados nesta seção, além dos contenciosos da OMC e dos projetos regionais brasileiros que serão discutidos no próximo capítulo, precisam ser compreendidos como parte da nova etapa de poder do Brasil no mundo e de sua posição diante dos Estados Unidos relativa ao diálogo estratégico (PECEQUILO, 2011b). De acordo com a declaração do Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Mário Vieira, em uma entrevista concedida em 2010 à revista *The Brazilian Economy* sobre os anos de 2009 e 2010 no que diz respeito às relações bilaterais Brasil-EUA:

Algumas vezes, as percepções de Brasil e EUA irão convergir e o diálogo estratégico será mais fácil, como na mudança climática. Em outros casos, teremos diferentes percepções, diagnósticos e soluções, como no caso do Irã. Entretanto, a questão que verdadeiramente se aplica para cada um dos casos é, para citar o Embaixador dos EUA no Brasil, Thomas Shannon, “Os EUA precisam se acostumar com a ideia, de que daqui para frente, irão encontrar o Brasil em lugares nos quais não esperariam”. (VIEIRA, 2010, p. 6-11.)

Sobre esse novo panorama e a nova forma de posicionamento brasileiro, intensificado no período em que Lula esteve ao poder, Cristina Pecequilo (2011b, p.135) afirma:

Entre a retórica positiva do engajamento e a boa receptividade aos esforços brasileiros e dos demais emergentes existe, conforme discutido, uma razoável distância que dependerá das circunstâncias e dos interesses envolvidos. No caso brasileiro, em que o peso histórico das relações bilaterais com os EUA é elevado, compreender estes recuos e avanços norte-americanos é uma situação complexa e que, durante a presidência de Lula, e mesmo antes, no final da gestão de FHC, foi ideologicamente instrumentalizada. Equivocada, essa instrumentalização leva a polarizações entre alinhamento e autonomia que não observam o panorama real do que são as relações bilaterais contemporâneas: um intercâmbio entre potências, cada qual com seus interesses e recuos de poder.

O ano de 2011 no Brasil foi marcado pelas eleições presidenciais, em que Dilma Rousseff foi eleita no segundo turno. Sua candidatura foi amparada na visão de continuidade, sustentada no sucesso da administração de Lula, e a tática da polarização eleitoral foi substituída pela descontinuidade, que estaria relacionada a uma visão pessoal da nova presidente, gerando efeitos positivos sobre a política externa. A relação bilateral durante o governo da presidente Dilma Rousseff com os Estados Unidos de Obama será apresentada na próxima seção.

5.3 DILMA E OBAMA (2011-2012)

Eleita em 2010 com posse em 2011, a presidente Dilma Rousseff representou a continuidade do governo Lula, até pelo fato de os dois pertencerem a um mesmo partido político. No que diz respeito à política doméstica, a ideia de continuidade de governo foi claramente preservada, incluindo a ampliação da agenda social e o aumento de investimentos em setores como infraestrutura e moradia popular, como, por exemplo, o programa Minha Casa, Minha Vida. Todavia, no campo da política externa a continuidade de gestão não foi tão evidente, uma vez que os novos rumos indicaram uma possível quebra nas relações internacionais, e uma reaproximação com os Estados Unidos. Ou seja, a presidente Dilma apresentou uma continuidade de forma moderada, que poderia trazer o risco de estagnação e baixo perfil político (PECEQUILO, 2014).

Antônio Patriota foi o escolhido de Dilma para tratar dos assuntos relacionados à política externa brasileira. De início, Patriota foi tido como exemplo de continuidade de governo, principalmente depois dos anúncios de fortalecimento do MERCOSUL, manutenção do apoio e liderança do Brasil nas ações da MINUSTAH (capítulo 6) e no fortalecimento dos BRICS. Entretanto, os principais assuntos que estavam em pauta no governo de Lula, e que representavam as conquistas brasileiras dos últimos anos, não estavam na agenda principal do chanceler (GARCIA, 2011).

Um ponto que chamou atenção ocorreu logo no início de mandato da presidente Dilma, quando a presidente fez questão de frisar que seu governo seria pautado pelo respeito aos direitos humanos. Essa declaração causou estranheza, pois, historicamente, os direitos humanos geralmente são pauta dos debates internacionais apenas quando são de interesse dos Estados Unidos e de aliados, visto que flagrantes violações em tais países – como Arábia Saudita, Israel, Marrocos, etc. – são ignoradas (GARCIA, 2011).

Conforme Cristina Pecequilo (2014) relata, diferentemente de outros países como Índia e China, que têm como postura aprofundar a barganha com os Estados Unidos na mesma proporção que elevam a sua força, no Brasil a existência de pressões internas pró-alinhamento acabam por dificultar a construção do consenso em torno da autonomia. Diante disso, surgiu no governo Dilma o ajuste tático em 2011, já no contexto de um relativo recuo da ofensiva diplomática. O ajuste tático iniciou-se com a visita do Presidente Obama ao Brasil em 2011. Entretanto, quando Obama chegou ao Brasil, ele visitou um país considerado potência global no contexto do século XXI, sendo esta posição resultado de quase uma década de fortalecimento nacional e não em resposta às recentes mudanças que Dilma procurava implementar após apenas dois meses de governo.

Entre as demandas discutidas no período de governo simultâneo de Dilma e Obama, o Brasil demandou o combate à guerra cambial, a reforma das instituições da governança global, a redução das tarifas agrícolas contra seus produtos e o acesso a tecnologias que lhe permitiriam inovar e elevar sua produtividade industrial. Em contrapartida, ofereceu aos Estados Unidos oportunidades de investimentos que envolviam a exploração do pré-sal, a organização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016 e as obras do PAC; sua tecnologia avançada em fontes renováveis de energia; a manutenção da

ordem na região sul-americana; e o apoio à iniciativa da Parceria para Governo Aberto (DESIDERÁ NETO; ALBRES, 2012).

Ainda de acordo com Desiderá Neto e Albres (2012), no que diz respeito ao comércio bilateral, o perfil demandante permaneceu presente na abordagem brasileira. Mesmo que a proteção da economia americana contra o etanol brasileiro tenha chegado ao fim em 2011, o caso do algodão, vitorioso para o Brasil no governo Lula, tem potencial para voltar à tona com a revisão da lei agrícola (*farm bill*) americana. Desta forma, nessa questão a tendência é de continuidade do padrão de relacionamento. Além disso, o cenário de crise econômica mundial e o tratamento vago dado a essas questões nos documentos dos encontros bilaterais analisados apontam para a mesma direção.

O fato é que, independente das relações bilaterais estarem baseadas do diálogo estratégico ou nessa nova fase de ajuste técnico, os padrões norte-americanos não mudaram. Em 2012, a presidente Dilma visitou os Estados Unidos e, mais uma vez, a interação foi alardeada como prova de nova etapa bilateral. Além disso, o anúncio de que em 2013 a Presidente seria recebida em Washington como Chefe de Estado acabou por elevar ainda mais as expectativas acerca de um estreitamento das relações, principalmente nos setores pró-alinhamento que defendiam a hipótese da quebra de política externa do presidente Lula com a política formulada pelo governo Dilma (PECEQUILO, 2014).

Segundo Garcia (2011), essa aproximação aparente do Brasil com os EUA, depois de oito anos de uma política externa independente como foi a de Celso Amorim, poderia ser encarada como uma forma de retrocesso. Amorim e Lula passaram dois mandatos presidenciais na tentativa e, diga-se de passagem, obtiveram sucesso em estreitar ainda mais as relações com os países ditos de “terceiro mundo”, com o intuito não só de chegar ao Conselho de Segurança da ONU, mas também atrás de vantagens econômicas e acordos preferenciais. No entanto, Dilma e Patriota parecem buscar o caminho inverso, o de acordos com potências em detrimento da relação Sul-Sul.

De acordo com o exposto, observou-se que o governo da presidente Dilma Rousseff possui tanto elementos de continuidade quanto de descontinuidade quando comparado ao de seu antecessor. Foi apresentada a continuidade de um projeto interno e externo de Estado, mas com recuos em agendas como a da relação bilateral Brasil - Estados Unidos, que indicaram

certa descontinuidade, associados a uma menor intensidade externa (PECEQUILO, 2014).

Todavia, Cristina Pecequilo (2014, p.24) explica que:

Entretanto, não houve quebra: o que prevaleceu foi um ajuste tático em direção à acomodação. Se houve diminuição do conflito, o mesmo derivou do relativo recuo da diplomacia, que, por princípio, reduziu as zonas de tensão. Isto não significa que houve convergência entre Brasil e Estados Unidos nas áreas de desacordos prévios, mas sim que o país esteve menos visível.

Diante do que foi apresentado neste capítulo e também no capítulo anterior, conclui-se que as relações bilaterais foram e ainda são caracterizadas por um misto de riscos e oportunidades, muito pelo posicionamento norte-americano de engajamento e de contenção no que diz respeito às novas potências regionais e globais. Os últimos anos, ou melhor, as últimas décadas foram exemplares quanto a estas dinâmicas, que tendem a se aprofundar nos próximos anos. Entretanto, para tal, o Brasil precisa manter suas dimensões de autonomia e de projeção de poder – que estiveram um pouco adormecidas nesse período de meio mandato da presidente Dilma -, mas que dependerão de um projeto nacional sólido e de uma sociedade que seja estável e que corrija seus pontos de estrangulamento (PECEQUILO, 2011b).

6 A RELAÇÃO ESTADOS UNIDOS, BRASIL E AMÉRICA LATINA

A relação com os Estados Unidos representa um ponto de muita importância no que diz respeito à política externa dos países da América Latina. Por conta do tamanho territorial e econômico, força militar, presença cultural e diplomática e projeção global de interesses desse país, os países latino-americanos são obrigados a se posicionar a respeito das políticas dos Estados Unidos, seja por alinhamento de posição ou por oposição às políticas adotadas. As relações entre Estados Unidos e América Latina historicamente apresentaram um baixo perfil político. Os Estados Unidos mostraram-se confortáveis com um grau moderado de relacionamento, desde que os países latino-americanos de maior potência não tivessem influência demais e nem ameaçassem seus interesses na região. Ao longo dos anos, questões pontuais dessa relação vieram e continuam vindo à tona, como políticas de imigração e combate ao narcotráfico. Entretanto, sendo a relação EUA - América Latina uma relação na qual há diferença de força entre as partes, essas questões são percebidas de maneiras diferentes por cada parte envolvida (VIGEVANI; ZAHARAN, 2011.).

As políticas propostas pelos Estados Unidos nos últimos anos para a região mostraram-se, de modo geral, ineficazes. Mesmo os EUA tendo historicamente enfatizado a importância das Cúpulas das Américas para demonstrar o alto nível de comprometimento com a região latino-americana, por exemplo, essas reuniões não rendiam mais do que oportunidades para fotos e ocasionalmente um novo programa ou plano de consultas. Além disso, representantes norte-americanos defendiam a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), mesmo já estando evidente que esse seria um objetivo inalcançável (LOWENTAL, 2011).

Conforme relata Lowental (2011), enquanto os Estados Unidos não apresentavam uma política externa satisfatória para os países da América Latina, estes acabaram por aprofundar o processo sub-regional de integração, tanto por meio de instituições formais, quanto pelo aumento dos fluxos de comércio e investimento, das multinacionais baseadas na região e das redes de cooperação profissional e de negócios. Muitos países engajaram-se em fóruns regionais e mundiais: a Venezuela, juntamente com a Bolívia, o Equador e mais oito membros da América Central e do Caribe criaram a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA) e o Brasil desempenhou um papel de liderança com a criação da União das Nações da América do Sul (UNASUL) e com o Conselho de Defesa Sul-Americano. Ou seja, enquanto

atores tanto de dentro quanto de fora do hemisfério se tornaram cada vez mais ativos na região, a influência norte-americana acabou diminuindo, e foi nesse quadro que Barack Obama foi eleito presidente dos Estados Unidos em 2010.

Quando o presidente Barack Obama toma posse, em janeiro de 2009, uma das expectativas era a de retorno a práticas multilaterais em organismos internacionais, principalmente se levarmos em consideração o governo anterior do presidente Georg W. Bush. Em meio a grandes anseios por mudanças por parte dos países latino-americanos, a administração Obama tinha pela frente diversos pontos de extrema importância para gerenciar, tais como: combate ao narcotráfico, políticas de imigração, comércio e desenvolvimento econômico na relação com o México, a permanente questão do embargo a Cuba e das relações com a ilha, o golpe de Estado em Honduras, a crise humanitária no Haiti, o rápido crescimento do Brasil e sua projeção na política internacional (VIGEVANI; ZAHRAN, 2011).

Por outro lado, entre os mais observadores, poucos esperavam que o governo de Obama dedicasse de fato muita atenção à América Latina, levando em conta todos os problemas com que o novo governo precisaria lidar, herdados da gestão anterior, como, por exemplo, uma profunda crise financeira e duas guerras. Além disso, aparentemente nenhum dos países da região representava uma ameaça à segurança dos Estados Unidos a ponto de o país precisar desenvolver uma política externa mais eficiente (LOWENTAL, 2011).

Em discurso, Obama propôs uma nova aliança hemisférica com o objetivo de se distanciar do modo como historicamente os Estados Unidos ditaram condições à região. O presidente norte-americano fez propostas concretas, entre elas: designação de enviado especial para tratar dos assuntos do hemisfério; acordo energético multilateral; revisão dos tratados de livre-comércio em negociação; aumento da ajuda à região; renovação política para Cuba; e a reforma imigratória. Tudo isso acabou despertando expectativas nos governantes latino-americanos (COLOMBO; FRECHERO, 2012).

De maneira surpreendente, logo que assumiu a presidência, Obama buscou criar vínculos com diversos governantes regionais, recebendo visitas oficiais. O primeiro presidente a ser recebido, conforme descrito no capítulo anterior, foi o presidente Lula, seguido de Michele Bachalet, do Chile, e Álvaro Uribe, da Colômbia. Além desses nomes, também tiveram encontros Felipe Calderón, do México, René Preval, do Haiti, e, visitados

pelo vice-presidente estadunidense Joe Biden, a Costa Rica e o Chile (COLOMBO; FRECHERO, 2012).

Mesmo com esse panorama misto de expectativas e incertezas, entre os países latino-americanos esperava-se que Obama buscasse reparar os erros cometidos na região por seu antecessor, visto que a América Latina oferecia uma boa oportunidade para demonstrar um novo posicionamento de governo. Entretanto, ainda no primeiro ano de seu mandato, Obama precisou lidar com algumas questões importantes e de certa forma inesperadas. O acordo para instalar bases militares na Colômbia e a crise constitucional em Honduras acabaram revelando uma resposta mais reativa e desorganizada do que era desejável (WHITEHEAD, 2011).

6.1 HONDURAS

O acontecimento político em Honduras, em junho de 2009, logo no início do mandato do presidente Barack Obama, revelou fissuras entre o Brasil e Estados Unidos. A retirada repentina de Manuel Zelaya da presidência pelas Forças Armadas e com apoio dos poderes Legislativo e Judiciário foi julgada pelos países da região, pela ONU e OEA, levando tanto o governo norte-americano quanto o brasileiro a denunciarem a situação ocorrida como golpe de estado (NEVES; SPEKTOR, 2011).

Embora tenha inicialmente se posicionado em favor de Zelaya, passado algum tempo, o governo de Obama relutou em aplicar sanções mais duras defendidas por boa parte da região. O receio norte-americano em relação a essa questão era de que estaria intervindo apoiando Zelaya e contra os hondurenhos, sendo que estes haviam apoiado os Estados Unidos em outros momentos. Além disso, havia a desconfiança de que Zelaya estaria agindo como um instrumento de Hugo Chavez (LOWENTAL, 2011).

Em novembro de 2009, com a aproximação das eleições presidenciais, as posições brasileira e norte-americana começaram a divergir. Zelaya estava abrigado na embaixada brasileira e, enquanto o Brasil apoiava a recondução de Zelaya ao poder, os Estados Unidos emitiam sinais de que reconheceriam o resultado obtido nas eleições presidenciais, fato que realmente aconteceu, após a eleição ocorrida em novembro (NEVES; SPEKTOR, 2011).

O posicionamento americano foi também sustentado pela dificuldade em acertar uma solução negociada entre Zelaya e Mihelleti – que assumiu o governo interino. Os EUA

alternavam momentos de aceitação do governo interino com momentos de pressão sobre o mesmo, e essa atitude levou a uma perda da credibilidade norte-americana (PECEQUILO, 2011b).

O desenrolar desse acontecimento em Honduras deu-se com a vitória de Porfirio Lobo nas eleições. Zelaya obteve salvo-conduto para o exílio na República Dominicana, deixando a embaixada brasileira no início de 2010. O governo de Lobo foi reconhecido então pelos Estados Unidos, sendo Honduras readmitida na OEA, ao mesmo tempo em que o Brasil também reconhecia o novo governo hondurenho (PECEQUILO, 2011b).

Conforme relata Cristina Pecequilo (2011b), esse primeiro choque entre o presidente Obama e Lula serviu para mostrar a relação distante entre os dois países e as críticas que os americanos faziam diante das posições “ideológicas esquerdistas” de Lula. Além disso, a opinião norte-americana era de que o Brasil estaria avançando em questões onde não deveria, colocando em questão a credibilidade norte-americana, enquanto o país alcançava um papel de potência regional e de nação cada vez mais global.

6.2 COLÔMBIA

Outro importante acontecimento no ano de 2009, pelo qual o governo Obama foi fortemente criticado na América Latina e, principalmente, pelo Brasil, foi a renovação por mais dez anos do acordo bilateral que dava aos Estados Unidos acesso militar a sete bases colombianas. O objetivo do acordo era combater o narcotráfico e a insurgência. Essa decisão causou constrangimentos ao Brasil, uma vez que o país havia ressaltado a necessidade de tratar desse e de outros temas em uma perspectiva multilateral (PICCONE, 2011).

A desconfiança brasileira da presença militar norte-americana na Colômbia já vinha desde 2008, quando houve o anúncio de reativação da Quarta Frota da Marinha dos Estados Unidos. O governo brasileiro, durante um encontro com a Venezuela, chegou a pedir garantias formais da Colômbia sobre as operações militares naquele país (NEVES; SPEKTOR, 2011).

Apesar de o Plano Colômbia ter profissionalizado as forças armadas colombianas, o acordo pouco ajudou a combater o narcotráfico e, além disso, acabou por desestabilizar o equilíbrio do poder no norte dos Andes, precipitando uma corrida armamentista com os

venezuelanos, provocando também confrontos próximos da armada equatoriana com a Colômbia e os Estados Unidos. Ou seja, embora tenha se apresentado como uma política que visa os benefícios da paz e da estabilidade na região, o Plano Colômbia teve muitos custos humanitários, socioeconômicos e diplomáticos (PICCONE, 2011).

Como o acontecimento acabou tomando grandes proporções na região, o governo norte-americano garantiu que as operações militares dos Estados Unidos seriam restritas ao território colombiano. Porém, ficou evidente que, em um clima de diversidade ideológica crescente na região latino-americana e com o aumento da desconfiança e incerteza dos países da região, essa resposta estadunidense foi insuficiente para resolver os desafios políticos da Colômbia e da América Latina como um todo (PICCONE, 2011).

6.3 HAITI

Em 2004, o governo interino do Haiti solicitou às Nações Unidas o envio de uma missão de estabilização. Para tal, o Conselho de Segurança encarregou-se da tarefa de desmobilizar os grupos armados, reestruturar e reforçar a polícia haitiana e promover o desenvolvimento institucional, o diálogo e a reconciliação nacional (WHITEHEAD, 2011).

Ainda no mesmo ano, o governo brasileiro assumiu o comando da força de estabilização da ONU em Haiti (Minustah). Na época, essa aposta apresentava uma situação de baixo risco, tanto em termos financeiros, como de baixas. Para o Brasil era vantajoso, pois demonstrava boa presença externa, uma imagem que representava o novo posicionamento do país perante a região, além de ser uma estratégia que sustentava a sua candidatura a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (NEVES; SPEKTOR, 2011).

Em janeiro de 2010, o Haiti sofreu um abalo sísmico cujo impacto foi devastador em todas as dimensões da sociedade haitiana. Entre as incontáveis consequências dessa tragédia, estão a morte de aproximadamente 300 mil pessoas, 105 mil residências completamente destruídas, além de 1.300 colégios, 50 hospitais, o Palácio Presidencial, o Congresso Nacional e a maioria dos ministérios também terem sido destruídos (VALDÉS, 2011).

O Brasil foi um dos principais fornecedores de ajuda humanitária no desastre ocorrido no Haiti, e a sua posição de liderança na Missão das Nações Unidas para a Estabilização foi

muito importante para a capacidade de resposta de emergência após o terremoto. Além disso, o Brasil também desempenhou um papel preponderante na tomada de decisões na Conferência de Montreal sobre as ajudas à reconstrução do Haiti, reforçando a sua liderança regional e o empenho nessas questões. Os Estados Unidos manifestaram seu total apoio às forças da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti na região e salientaram a importância de se trabalhar junto com os brasileiros (MUJAL; GONZÁLEZ, 2011).

Pela primeira vez desde a II Guerra Mundial, militares brasileiros morreram em missão no exterior, e, mesmo sabendo de sua importância e cooperação no momento após o desastre, o Brasil teve que lidar com o crescente envolvimento norte-americano e europeu na área, sendo este um período de “teste” das relações bilaterais. Mesmo sendo um dos principais fornecedores de ajuda humanitária nesse caso, o Brasil não tinha condições financeiras nem militares para disputar a liderança na reconstrução do Haiti, sendo levado a uma posição de parceiro minoritário desse esforço. Entretanto, não poderia se abster de ajudar. Mesmo assim, o uso da missão do Haiti como instrumento de afirmação regional ficou comprometido (NEVES; SPEKTOR, 2011).

Após esses incidentes logo no início do governo do presidente Barack Obama, ficou clara a ausência de uma nova política hemisférica. Na verdade, os eventos acima descritos acabaram dando suporte à ideia de continuidade, principalmente pela aparente negligência, ineficácia de ações e desinteresse, sendo que estas atitudes haviam sido denunciadas pelo próprio Obama em 2008 (COLOMBO; FRECHERO, 2012).

Ao final do primeiro ano do governo Obama, a decepção com as políticas adotadas para a região era generalizada, tanto do ponto de vista sul-americano quanto norte-americano. Muitos foram os fatores que contribuíram para essa decepção na América Latina: a iniciativa frustrada de retomada do diálogo com Cuba, a reforma limitada na questão da imigração, a destituição e deportação pelas Forças Armadas de Honduras do presidente Manuel Zelaya e o Plano Colômbia são alguns exemplos (LOWENTAL, 2011).

Na VI Cúpula das Américas, que aconteceu em abril de 2012, poucas mudanças por parte do governo norte-americano puderam ser vistas. Três grandes assuntos delinearam a reunião, sendo eles: a aceitação futura de Cuba na Cúpula, a legalização de algumas drogas como medida de combate ao narcotráfico e o apoio à Argentina em sua reivindicação de

soberania sobre as Ilhas Malvinas. Entretanto, em nenhuma dessas questões houve acordo (COLOMBO; FRECHERO, 2012).

Como resultado dessa decepção com o primeiro governo Obama do ponto de vista dos países latino-americanos, na região a popularidade do presidente diminuiu muito em relação ao primeiro ano de mandato. Se, em 2009, ele apresentava 62% de aceitação, em 2012 esse número caiu para 47%. Pode-se concluir que Obama deixou passar a oportunidade de estreitamento das relações com os países da América Latina ao não apresentar grandes iniciativas e boas políticas para a região. Todavia, o principal fator que levou ao fracasso dessa relação foi a semelhança, que levou à ideia de continuidade, com o governo anterior, ou seja, a já conhecida “presunção hegemônica” dos Estados Unidos diante da América Latina (COLOMBO; FRECHERO, 2012).

Por outro lado, o contexto no qual Obama assumiu a presidência apresentava uma lenta recuperação da economia, aliada ao desinteresse de uma parcela conservadora da população por engajamentos internacionais. Os grandes desafios de Obama eram internos: aumento do nível de emprego e recuperação econômica. Por esses motivos, ficou complicado para o presidente norte-americano lidar com os anseios, demandas e crises dos países latino-americanos (VIGEVANI; ZAHARAN, 2011). Lowental (2011, p. 41) concorda que Obama assumiu a presidência dos Estados Unidos em um momento que era crítico não somente para o país, mas para o mundo, entretanto:

Nas Américas, o governo Obama encontra menos uma séria ameaça do que uma oportunidade excepcional. Há chances reais de progresso em diversas questões, desde que os EUA desenvolvam, articulem e persigam uma estratégia proativa e integrada, em vez de ignorar uma região que é cada vez mais crucial para o futuro dos Estados Unidos, ou simplesmente reagir às questões uma por vez quando surgirem.

Nesse período, o que se observou foi que quanto mais os Estados Unidos se distanciaram da América Latina, em especial nas questões de interesse da região, mais o Brasil foi implementando uma estratégia para aumentar o seu poder de influência. Principalmente a partir de 2003, a visão brasileira nacionalista de esquerda formulou uma estratégia que acabou alargando ainda mais o seu espaço relativamente aos EUA. Porém, ainda assim, o Brasil e os Estados Unidos partilham de interesses na região da América Latina, uma vez que esta é a zona natural de relacionamento de ambos os países. Sabendo que a manutenção da estabilidade política na região e o estímulo ao crescimento econômico são os

objetivos que os países têm em comum, estes serão alcançados mais facilmente se o Brasil e os Estados Unidos trabalharem de forma mais aproximada (MUJAL; GONZÁLEZ, 2011).

Entretanto, na perspectiva brasileira, a prioridade de inserção internacional continuará sendo a América Latina e, mais especificamente, a América do Sul. Conforme apresentado, o Brasil apostará ainda mais na liderança de novos processos de articulação regional e de integração que sirvam de base para potencializar a competitividade de sua economia e aumentar a margem de autonomia política nas negociações internacionais (COLOMBO; FRECHERO, 2012). Em outras palavras, Nevez e Spektor (2011, p. 157) afirmam:

Segundo essa visão, o Brasil sendo a economia dominante na região, poderia utilizar o agrupamento regional para ajudar a moldar o ambiente regional, facilitar o poder de barganha nacional em negociações com o mundo industrializado.

Conforme apresentado neste capítulo, o Brasil avançou em propostas de pacificação e mediação em espaços da América Central e Caribe, como Haiti e Honduras; além disso, persistiu na defesa da reintegração de Cuba à comunidade americana, como um dos seus principais interlocutores na comunidade internacional, administrando a seu favor a tensão com os Estados Unidos; e fez-se presente na disputa pelos papéis a serem exercidos na coordenação da ajuda ao Haiti, no terremoto de Porto Príncipe, ampliando, assim, o seu novo papel no cenário regional (CACCIAMALI; BOBIK; CELLI JR., 2012).

Com certeza, o Brasil ainda encontrará diversos desafios a serem contornados na região, os quais, por sua vez, exigirão um maior ativismo econômico e político do país tendo em vista sua importância regional. O sucesso de tal estratégia dependerá de coordenações políticas bem-sucedidas nas relações de complementaridade e competitividade crescentes com os Estados Unidos, envolvendo também as demais potências do sistema mundial e o fortalecimento da liderança, solidariedade e legitimidade com os países da região (CACCIAMALI; BOBIK; CELLI JR., 2012).

7 CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar a política externa dos Estados Unidos adotada para o Brasil no primeiro governo do presidente Barack Obama. Num primeiro momento, buscou-se resgatar a teoria da Economia Política Internacional e o conceito de sistema internacional, a fim de entender melhor a forma como as relações internacionais são estabelecidas, principalmente a relação entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Para tal, foi apresentada a origem da Economia Política Internacional, bem como a Escola Americana e Britânica de pensamento que delinearão a consolidação desse método de análise, principalmente a partir dos anos 1970, tendo como precursores Robert Keohane, Robert Gilpin, Joseph Nye, Susan Strange e Robert Cox. Além das duas principais escolas, também foi apresentada a Escola Latino-Americana de EPI sob suas duas vertentes, sendo elas Estruturalista e Teoria da Dependência.

A partir disso, foi feito um panorama acerca da relação contemporânea entre Estados Unidos e Brasil. De acordo com o exposto, as relações estabelecidas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos envolvem diversas formas de dependência que tendem a perpetuar-se ao longo dos anos, sendo que a relação entre Estados Unidos e América Latina e, mais especificamente, o Brasil, não foi diferente.

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, a hegemonia norte-americana tornou-se um fator dificultoso para o desenvolvimento da maioria dos países latino-americanos, sendo o único interesse dos Estados Unidos na região a manutenção do seu próprio poder, tanto do ponto de vista político quanto econômico. Enquanto países latino-americanos visavam o desenvolvimento, os EUA estavam gerenciando conflitos existentes na chamada “Guerra Fria”. Mesmo após 1989, já no período de pós-Guerra Fria, os interesses norte-americanos não estavam voltados para a América Latina, uma vez que a região não apresentava oportunidades e nem grandes riscos que pudessem ameaçar a hegemonia do país.

Nos anos seguintes, mais especificamente na década de 1990 e início dos anos 2000, a relação bilateral Estados Unidos - Brasil foi marcada por momentos de alinhamento e autonomia. Nesse período, por mais que a relação entre os países fosse relativamente boa, não foi suficiente para que houvesse grandes avanços nos principais assuntos de interesse brasileiro, como em relação a ONU, ALCA E OMC.

Embora o período de governo do presidente George W. Bush, no que diz respeito ao Brasil, tenha sido favorável, elevando o nível das relações bilaterais, principalmente no governo simultâneo com o presidente Lula, internamente aos Estados Unidos e perante o restante do mundo pode-se afirmar que foi bem conturbado, sendo marcado por diversos conflitos, como o atentado ao *World Trade Center*, em 2001, duas guerras, contra o Iraque e o Afeganistão, e a crise financeira que tomou proporções mundiais a partir de 2007. Tais acontecimentos, conforme visto em capítulo anterior, fizeram com que Bush, mesmo ficando no poder por dois mandatos, deixasse o governo sendo um dos presidentes com maior índice de rejeição na história dos Estados Unidos.

O cenário em que Obama assumiu a presidência em 2009 não era dos mais agradáveis: crise econômica, desgaste da imagem internacional, duas guerras em andamento e ascensão da China eram apenas alguns dos desafios a serem enfrentados pelo novo presidente. Muitas eram as questões de ordem doméstica, como desemprego e saúde, havendo também pressão crescente enfrentada dentro dos EUA. Por estes motivos, a prioridade de Obama, ao assumir a presidência, foi a política interna. No âmbito da política externa, as prioridades de Obama eram principalmente a pacificação do Oriente Médio, a não proliferação de armas nucleares, parcerias estratégicas com a China e contenção de redes transnacionais de tráfico de drogas.

No que diz respeito às relações estadunidenses com o Brasil, nem mesmo o período de bom relacionamento entre os presidentes Lula e Bush foi capaz de assegurar que Obama fizesse com que questões importantes e de interesse para ambos os países – como meio ambiente, energia e comércio – avançassem na agenda internacional, quanto mais a questão do assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, que é um interesse exclusivamente brasileiro e que, até o final de 2012, não teve pronunciamento formal de apoio por parte dos Estados Unidos. Mesmo sendo a maior potência da América Latina e o cenário sendo favorável a uma nova parceria, o Brasil não foi uma prioridade na agenda internacional no primeiro mandato do presidente Barack Obama.

Diante da ineficaz postura norte-americana, o governo brasileiro buscou fortalecer as parcerias regionais, a relação Sul-Sul e com os BRICS, o que levou à diminuição da vulnerabilidade externa brasileira e a uma maior visibilidade no sistema internacional. A consolidação do Diálogo Estratégico como forma de relacionamento foi fundamental nesse processo de projeção de poder brasileiro.

Não era segredo que os países latino-americanos se sentiam esperançosos com a chegada de Obama ao poder, pois o mesmo fez questão de enfatizar sua discordância em relação ao posicionamento de seu antecessor na região. Entretanto, conforme já citado, a América Latina não era prioridade da política externa de Obama, mesmo tendo questões importantes a serem resolvidas, como imigração e narcotráfico.

Por um lado, os acontecimentos em Honduras, Haiti e Colômbia ocorridos durante o primeiro mandato de Obama serviram para demonstrar o afastamento e perda do poder norte-americano na região; por outro, os incidentes abriram espaço para a projeção do Brasil como interlocutor regional, reafirmando a sua posição de potência e seu poder de influência nas questões latino-americanas. Ou seja, não só no Brasil, mas na América Latina como um todo, a política externa de Obama mostrou-se ineficiente, levando o Brasil a um papel cada vez mais importante para a região.

Desse modo, conclui-se que o aparente desinteresse de Barack Obama em formular uma política externa que visasse uma maior aproximação entre Estados Unidos e Brasil, na verdade, está ligado ao fato de que, ao assumir a presidência, Obama se deparou com grandes problemas de ordem doméstica deixados por seu antecessor. Além disso, as principais questões externas com que o novo governo precisou lidar estavam distantes não só do Brasil, mas da América Latina.

O que se percebe é uma ideia de continuidade histórica, ou seja, enquanto os países latino-americanos e, sobretudo, o Brasil esperavam por uma mudança de curso nas relações com os EUA, através da formulação de políticas que viessem para beneficiar e amparar as necessidades da região, mais uma vez essa não era a prioridade estadunidense, que buscou apenas assegurar sua hegemonia na região.

O rumo da relação bilateral Estados Unidos - Brasil é incerto. Durante o período analisado, diante do desinteresse estadunidense, o Brasil buscou firmar novas parcerias e destacou-se como um potencial interlocutor regional; entretanto, questões como meio ambiente, comércio e Conselho de Segurança da ONU continuam em aberto. Resta saber se os EUA irão se posicionar para a resolução de tais questões. Nesse sentido, este trabalho entende que será necessário um esforço e reconhecimento maior por parte dos Estados Unidos para resgatar os laços. De acordo com Vigevani e Zahran (2011, p. 19):

[...] é preciso entender que tais dinâmicas encontrarão interesses e objetivos comuns e, em outros momentos, pontos naturais de atrito e fricção. Ao mesmo tempo com os dilemas vividos pelos EUA no sistema internacional e com o crescimento e amadurecimento da representatividade política, econômica e diplomática do Brasil, a importância de um país para o outro tende a crescer objetivamente.

Com a reeleição para o segundo mandato em 2012, Obama tem mais uma vez a oportunidade de formulação de uma política externa para estreitamento das relações com a América Latina e Brasil. Na região, novamente as esperanças são renovadas, mas com uma visão mais clara das oportunidades reais que os Estados Unidos podem proporcionar. A sugestão para trabalhos futuros é de continuidade da pesquisa, analisando a partir dela a política externa dos Estados Unidos para o Brasil durante o segundo mandato do presidente Barack Obama.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **O Brasil e o Conselho de Segurança da ONU**. Disponível em:
<http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=137&catid=217&Itemid=435&lang=pt-BR>. Acesso em: 06 out. 2015.
- CACCIAMALI, Maria Cristina; BOBIK, Márcio; CELLI JUNIOR, Umberto. Em busca de uma nova inserção da América Latina na economia global. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 26, n. 75, p.91-110, 2012. FapUNIFESP (SciELO). DOI: 10.1590/s0103-40142012000200007.
- COHEN, Benjamin J. **International Political Economy: An Intellectual History**. Princeton: Princeton University Press, 2008. 210 p.
- COHEN, Benjamin J. The transatlantic divide: Why are American and British IPE so different?*. **Review Of International Political Economy**, [s.l.], v. 14, n. 2, p.197-219, 4 abr. 2007. Informa UK Limited. DOI: 10.1080/09692290701288277.
- COHEN, Benjamin J. **Advanced Introduction to International Political Economy**. Massachusetts: Edward Elgar Publishing, 2014.
- COLOMBO, Sandra; FRECHERO, Jorge Ignácio. Yes We Can?: A Política Externa de Obama para a América Latina: Da Decepção à Autonomização da Região. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 34, p.189-222, 2012. Semestral.
- DESIDERÁ NETO, Walter Antonio; ALBRES, Hevellyn Menezes. **Relações Brasil - Estados Unidos no Governo Dilma: A Agenda das Visitas Presidenciais em 2011 e 2012**. 2012. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_internacional/121005_boletim_internacional011_cap6>. Acesso em: 12 out. 2015.
- FURTADO, Celso. **A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- GARCIA, Raphael Tsavkko. A política externa independente brasileira: de Lula/Celso Amorim a Dilma Rousseff/Antônio Patriota e um breve resumo histórico. In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011. **Anais...** São Paulo: [s.n.], 2011. Disponível em:
http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000300037&script=sci_arttext Acesso em: 10 out. 2015.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GONÇALVES, Reinaldo. **Economia Política Internacional: Fundamentos Teóricos e as Relações Internacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- GURRIERI, A. Introdução: A economia política de Raúl Prebisch. In: PREBISCH, Raúl. **O manifesto latino-americano e outros ensaios**. Org. Adolfo Gurrieri. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2011.
- LANGEVIN, Mark S. O Setor Energético e as Relações Brasil-Estados Unidos. **Universitas: Relações Internacionais**, Brasília, v. 11, n. 1, p.13-27, jan. 2013. Semestral. Disponível em:

<<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/relacoesinternacionais/article/view/File/2425/2067>>. Acesso em: 06 out. 2015.

LOWENTHAL, Abraham F. O Governo Obama e as Américas: promessa, desapontamento, oportunidade. In: LOWENTHAL, Abraham; WHITEHEAD, Laurence; PICCONE, Theodore. **Obama e as Américas**. Rio de Janeiro: Fgv, 2011. Cap. 1. p. 21-42.

MAIOR, Luiz A. P. Souto. Brasil - Estados Unidos: desafios de um relacionamento assimétrico. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s.l.], v. 44, n. 1, p.55-68, 2001. FapUNIFESP (SciELO). DOI: 10.1590/s0034-73292001000100005.

MUJAL, Eusebio; GONZÁLEZ, Alejandro. A relação Estados Unidos - Brasil: perspectivas para uma parceria. **Relações Internacionais**, Lisboa, p.59-81, 14 mar. 2011. Trimestral.

NEVES, João Augusto Castro; SPEKTOR, Matias. Obama e o Brasil. In: LOWENTHAL, Abraham; WHITEHEAD, Laurence; PICCONE, Theodore. **Obama e as Américas**. Rio de Janeiro: Fgv, 2011. Cap. 7. p. 143-164.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos**. 3. ed. Porto Alegre: Ufrgs, 2011a. 520 p.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **As Relações Brasil - Estados Unidos**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011b. 168 p.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. O Brasil e os Estados Unidos: Diálogos Econômicos-Estratégicos. **Revista Ulysses**, Brasília, v. 11, p.30-34, 5 abr. 2012.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A Diplomacia Presidencial de Barack Obama. **Meridiano 47**, [s.l.], v. 10, p.8-11, abr. 2009. Mensal.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Paradigmas da Inserção Internacional do Brasil: A Política Externa dos EUA**. 2003. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20060427175259.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2015.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. As Relações Bilaterais Brasil - Estados Unidos no Governo Dilma Rousseff, 2011-2014. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia & Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 3, p.11-32, jun. 2014. Semestral.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. As relações Brasil-Estados Unidos: As três fases contemporâneas. **Nueva Sociedad**, Ciudad de Buenos Aires, p.86-103, out. 2008. Anual. Disponível em: <http://nuso.org/media/articles/downloads/p9-6_1.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2015.

PICCONE, Theodore J. A Agenda da democracia nas Américas: o caso para a ação multilateral. In: LOWENTHAL, Abraham; WHITEHEAD; PICCONE, Theodore. **Obama e as Américas**. Rio de Janeiro: Fgv, 2011. Cap. 8. p. 165-179.

ROCHA, Antônio Jorge Ramalho da. O significado da eleição do Presidente Obama. **Meridiano 47**, [s.l.], v. 10, p.13-14, jan. 2009. Mensal.

SILVA, Daniel da Cunda Corrêa da. **Latitude de Longitude: Quem domina o ensino e a pesquisa da Economia Política Internacional no Brasil? Um estudo sobre a presença das**

escolas britânica e estadunidense. 2015. 274 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

VALDÉS, Juan Gabriel. Haiti: a vida após a sobrevivência. In: LOWENTHAL, Abraham; WHITEHEAD, Laurence; PICCONE, Theodore. **Obama e as Américas**. Rio de Janeiro: Fgv, 2011. Cap. 6. p. 129-141.

VIANNA, Alexander Martins. Paradoxos da política externa de Barack Obama: Anno Primo. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 105, p.112-132, fev. 2010. Mensal. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9187/5248>>. Acesso em: 25 set. 2015.

VIEIRA, Mario Luiz Iecker. Interview. **The Brazilian Economy**, [s.l.], Aug. 2010, p. 6-11.

VIGEVANI, Tullo; ZAHRAN, Geraldo. Apresentação. In: LOWENTHAL, Abraham; WHITEHEAD, Laurence; PICCONE, Theodore. **Obama e as Américas**. Rio de Janeiro: Fgv, 2011. p. 13-20.

WHITEHEAD, Laurence. Obama e as Américas: velhas esperanças, novos riscos. In: LOWENTHAL, Abraham; WHITEHEAD; PICCONE, Theodore. **Obama e as Américas**. Rio de Janeiro: Fgv, 2011. Cap. 9. p. 181-197.